

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIA PRICILA MIRANDA DOS SANTOS

A COMUNIDADE DE CASTAINHO: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS  
GEOGRÁFICOS DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS EM GARANHUNS,  
PERNAMBUCO

Recife,

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MARIA PRICILA MIRANDA DOS SANTOS**

**A COMUNIDADE DE CASTAINHO: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS  
GEOGRÁFICOS DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS EM GARANHUNS,  
PERNAMBUCO**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte integrante dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**Orientador Profº. Drº. Caio Augusto Amorim Maciel**

**Recife  
2010**

**Santos, Maria Pricila Miranda dos**

**A comunidade de Castainho : uma contribuição aos estudos geográficos de remanescentes de quilombos em Garanhuns, Pernambuco / Maria Pricila Miranda dos Santos. – Recife: O Autor, 2010.**

**135 folhas : il., fig., graf., mapas, quadros.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2010.**

**Inclui: bibliografia e apêndices.**

**1. Geografia. 2. Comunidade – Quilombola. 3. Quilombos. 4. Espaço físico. 4. Castainho(Garanhuns, PE)  
I. Título.**

**911  
910**

**CDU (2.  
ed.)  
CDD (22. ed.)**

**UFPE  
BCFCH2010/78**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS –DCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

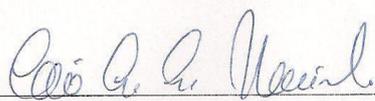
MARIA PRICILA MIRANDA DOS SANTOS

Título: “A COMUNIDADE DE CASTAINHO: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS  
ESTUDOS GEOGRÁFICOS DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS  
EM GARANHUNS”

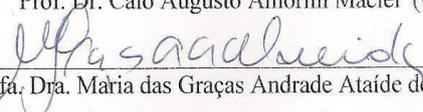
**BANCA EXAMINADORA**

**TITULARES:**

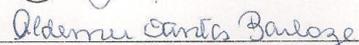
Orientador:

  
Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE)

1º. Examinador:

  
Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida (UFRPE)

2º. Examinador:

  
Profa. Dra. Aldemir Dantas Barboza (UFPE)

APROVADA em 26 de abril de 2010.

RCMS



**DEDICATÓRIA**

**AO MEU PAI JOSÉ ALVES E À MINHA  
MÃE MARIA DE FÁTIMA, MINHA  
ESSÊNCIA, E AOS ANJOS THAIS  
CORREIA DE ANDRADE E ALBA  
MARINHO**

## AGRADECIMENTOS

A Deus , Pai Supremo, pela força e consolo em todos os dias.

Ao Professor Manuel Correia de Andrade (*in memorian*) pela sugestão do tema, credibilidade e incentivo.

A Plácido Júnior por ter trilhado junto comigo os caminhos para a execução da pesquisa, indicando e facilitando os contatos com a Comunidade Quilombola de Castainho.

A Anselmo César e Janaina Barbosa pela leitura do projeto ainda na seleção.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas pela oportunidade de desenvolver a pesquisa.

À Comunidade Quilombola de Castainho pela paciência, participação, acolhimento e credibilidade, o contato com os quilombolas foi (é) uma verdadeira lição de vida.

Ao CNPq pelo incentivo científico e financeiro, essenciais para a execução da pesquisa.

Aos Professores do Mestrado, Prof. Drº Alcindo Sá, Prof. Drº Jan Bitoun, Prof. Drº Cláudio Ubiratan.

Ao Professor- Orientador Caio Augusto Amorim Maciel pela acolhida e pelo apoio.

À Professora Aldemir Dantas Barbosa pela atenção cedida, pelo apoio e pelas sugestões.

À Rosa Marques, assistente administrativa da Pós-Graduação em Geografia.

À Fundação Palmares/ Ministério da Cultura pelo fornecimento de dados e materiais de forma geral.

Ao CIGA/ UnB na figura do Professor Doutor Rafael Sanzio e a sua equipe de geógrafos pelo incentivo e fornecimento de dados.

Aos meu amigos queridos, que foram técnicos, ombros e coração na pesquisa, sem os quais seria difícil suportar certas coisas (por ordem alfabética): Ádna Santos, Andréa Santos, Cecília Cysneiros, Deyglis Fragoso, Douglas Carvalho, Girlan Cândido, Juliana Barbosa, Lúcia Lirbório, Mauro Brandão, Pedro Lucas Negromonte, Paulo Arcanjo, Paulo Baqueiro, Thais Santana, vocês fazem parte da luta e de todo mérito que o trabalho venha a ter.

À Professora Graça Ataíde pela acolhida, pelas referências e pelo carinho.

À Professora Vânia Fialho pela atenção, pelo respeito e pela ajuda.

Aos amigos Erika Xavier, Klaydson Andrade, Sheila Santiago, Vanessa Assis, Wilson Júnior,

Bruno Moura, Amanda Moreira, Pauliane Barbosa pela paciência.

À Jaci Câmara e Rosalva Vasconcelos pela importante referência bibliográfica cedida.

Às minhas afilhadas Ana Clara e Yasmim pela compreensão da ausência.

Ao meu irmão André Miranda por tudo.

Às minhas avós Anália Maria e Teresa Gonçalves pela credibilidade.

À Márcia Gonçalves, tia e cúmplice.

Às turmas de graduação em geografia que muito auxiliaram na execução dos questionários.

E àqueles que gritaram ao saber da minha aprovação e que com certeza gritarão com a vitória:

Anderson Moraes, André Corsino, Carlos Eduardo Miranda, Edjane Santos, Edmilson Rabello, Ednaldo Brito, Erick Felipe, Fernanda Pinheiro, Gil Marinho, Gutemberg Nascimento, Jeane Patrícia, Luciana Freitas, Maria Alice Gonçalves, Manuela Brandão, Marcelo Soares, Marcos Lima, Milena Cruz, Paula da Costa, Pedro Nóbrega, Priscila Félix, Severino Francisco de Oliveira. Só quem tem amigos sabe o verdadeiro significado da palavra.

## RESUMO

Este trabalho analisou a Comunidade Quilombola de Castainho, Garanhuns – PE levando em consideração que um dos critérios para definição de uma população tradicional é o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social. É importante ressaltar que a comunidade vem se mantendo com práticas rurais tradicionais e que em seu território estão presentes pilares de forte conteúdo simbólico contribuindo assim para que haja de fato a resistência identitária quilombola, reforçando as heranças africanas. Para tanto evidencia-se a importância das práticas na relação homem-meio apontando a singularidade da comunidade quilombola em relação ao seu entorno nos aspectos econômicos e culturais, sendo assim espera-se contribuir com o estudo das comunidades remanescentes de quilombos numa perspectiva geográfica. A Comunidade de Castainho exerce atividade econômica voltada para o beneficiamento da mandioca, o que implica numa relação de mercado não só com as outras comunidades quilombolas, mas com a cidade de Garanhuns e os municípios vizinhos. Para a realização da pesquisa tomou-se como metodologia um levantamento documental tomando como base dados de Órgãos Federais e das Agências de mediação, levantamento bibliográfico, além da realização de questionários com os moradores, o líder da Comunidade e moradores da cidade de Garanhuns. Trazer o debate acerca das questões territoriais em relação ao quilombo para a atualidade é algo essencial, uma vez que por ser um território muito concentrado levanta questionamentos administrativos em várias escalas. Por fim, o trabalho pretende ser uma contribuição para revelar a importância da comunidade na organização de Garanhuns valorizando a participação dos afrodescendentes e que mesmo assim ainda enfrenta o preconceito, a negligência do poder público local e o desconhecimento da população. A partir disto, busca-se combater as formas estereotipadas de como a comunidade é vista, procurando assim dar maior visibilidade às questões quilombolas.

**Palavras-chave:** Comunidade quilombola; território; Castainho; Garanhuns

## ABSTRACT

This work analyzed the Community Quilombola Castainho, Garanhuns – PE leading in consideration that one criteria for definition of a traditional population is to recognize itself as living to that social group. It is also important to note that the community has stayed with traditional rural practices and in their territories are these pillars of strong symbolic content thereby ensuring that there is indeed strength maroon identity, strengthening the African heritage. For this highlights the importance of practice in the man-pointing through the singularity of the black community in relation to its surroundings in the economic and cultural aspects, so we hope to contribute to the study of Quilombola a geographical perspective. The Community of Castainho economic activity has focused on the processing of cassava, which implies a market relationship not only with other maroon communities, but with the city of Garanhuns and the neighboring cities. To conduct the survey was taken as a survey methodology documentary based on data from Federal Agencies, and Agencies of mediation, literature, and conducting surveys with local residents, the leader of the Community and residents of the town of Garanhuns. Bringing the debate about the territorial issues in relation to the maroons for today is something essential, since it is a very concentrated area raises questions on various administrative scales. Finally, the work is a contribution to reveal the importance of community organizing Garanhuns enhancing the participation of African descent and that he will still face prejudice and neglect of the local public. From this, we seek to combat the stereotypical ways of how the community is seen as seeking to give greater visibility to issues maroon.

Keywords: quilombola community; territory; Castainho; Garanhuns

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01: Concentração das Comunidades Quilombolas no Brasil

Figura 02: Localização da Comunidade Quilombola do Castainho

Figura 03: Planta do quilombo do Castainho

Figura 04: Gameleira

Figura 05: Especulação imobiliária na área limítrofe: Castainho X Garanhuns

Figura 06: Capela do antigo cemitério (Cruz das Almas)

Figura 07: Interior da capela

Figura 08: Cruzeiro

Figura 09: Roçados de mandioca

Figura 10: Feira do bairro da Boa Vista

Figura 11: Casa de farinha antes da reforma

Figura 12: Casa de farinha atual

Figura 13: Casa de farinha do Sítio Estivas

Figura 14: Limite territorial das comunidades Castainho X Estivas (desenho)

Figura 15: Limite territorial das comunidades Castainho X Estivas (real)

Figura 16: Estrutura das oficinas do Festival de Inverno de Garanhuns

Figura 17: Festa da Mãe Preta

Figura 18: Oficinas do Festival de Inverno de Garanhuns

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos Certificadas entre os anos 2004-2009

Quadro 02: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião de Salgueiro

Quadro 03: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião do Pajeú

Quadro 04: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião do Moxotó

Quadro 05: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião de Itaparica

Quadro 06: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião de Petrolina

Quadro 07: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião do Vale do Ipanema

Quadro 08: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião do Vale do Ipojuca

Quadro 09: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião do Médio Capibaribe

Quadro 10: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião de Garanhuns, com destaque para a comunidade objeto da pesquisa

Quadro 11: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião do Brejo Pernambuco

Quadro 12: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião da Mata Setentrional Pernambucana

Quadro 13: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião da Mata Meridional Pernambucana

Quadro 14: Distribuição das Comunidades Quilombolas na Microrregião Metropolitana do Recife

Quadro 15: Elementos de abertura e reclusão da comunidade

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos nas regiões brasileiras

Gráfico 02: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Região Norte

Gráfico 03: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Região Centro - Oeste

Gráfico 04: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos Nordeste

Gráfico 05: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos Sudeste

Gráfico 06: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos Sul

Gráfico 07: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Sertão Pernambucano

Gráfico 08: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do São Francisco Pernambucano

Gráfico 09: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Agreste Pernambucano

Gráfico 10: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião da Mata Pernambucana

Gráfico 11: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião Metropolitana do Recife

**LISTA DE MAPAS**

Mapa 01: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Região Nordeste

Mapa 02: Estado de Pernambuco com ênfase nos municípios com ocorrência de quilombos, com destaque para o município de Garanhuns

Mapa 03: Mesorregiões do Estado de Pernambuco

Mapa 04: Localização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Sertão Pernambucano nas suas respectivas microrregiões

Mapa 05: Localização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Sertão do São Francisco Pernambucano nas suas respectivas microrregiões

Mapa 06: Localização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Agreste Pernambucano nas suas respectivas microrregiões, com destaque para o município de Garanhuns

Mapa 07: Localização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião da Mata Pernambucana nas suas respectivas microrregiões

Mapa 08: Localização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Metropolitana do Recife nas suas respectivas microrregiões

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CEAGA- Centro de Abastecimento de Garanhuns

CIGA - Centro de Cartografia Aplicada e Informação

CONAQ- Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos

CPT- Comissão da Pastoral da Terra

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MinC- Ministério da Cultura

MNU- Movimento Negro Unificado

PIGN- Projeto Infra-estrutura Geoespacial Nacional

RTID- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>1 GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS - ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA</b>	21
1.1 A GEOGRAFIA E OS DESAFIOS DE PENSAR O CONTEXTO QUILOMBOLA	21
1.1.1 Quilombos: uma abordagem geográfica	23
1.2 TERRITÓRIO: AS MARCAS DA COMUNIDADE NO ESPAÇO	34
1.3 PRINCÍPIOS LEGAIS QUE REGEM OS QUILOMBOS NO BRASIL.	42
<b>2 A ESPACIALIDADE QUILOMBOLA NO BRASIL</b>	51
2.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE ANTIGOS QUILOMBOS NO BRASIL	51
2.2 DISTRIBUIÇÃO ATUAL DOS QUILOMBOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO COM DESTAQUE PARA O MUNICÍPIO DE GARANHUNS	63
2.3 QUILOMBOS NO NORDESTE DO BRASIL	81
<b>3 TERRITORIALIDADES DO QUILOMBO DO CASTAINHO</b>	86
3.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO QUILOMBO: QUESTÕES ATUAIS	90
3.2 ELEMENTOS DA PAISAGEM QUILOMBOLA: PILARES DE FORTE CONTEÚDO SIMBÓLICO	94
3.2.1 Antigo cemitério (Cruz das Almas) e o Cruzeiro	94
3.2.1.1 Aspecto religioso	97
3.2.2 Casas de farinha e os roçados de mandioca	100
3.2.2.1 Problemas em relação à casa de farinha: “Personalismo” X Comunitarismo	104
<b>4 RELAÇÕES ENTRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASTAINHO E O SEU ENTORNO</b>	109
4.1 CASTAINHO X ESTIVAS: QUILOMBO, QUILOMBOS	112
4.2 O QUILOMBO NO IMAGINÁRIO DA CIDADE : HARMONIAS E ANTAGONISMOS	115
4.3 INSERÇÃO DE CASTAINHO NO CALENDÁRIO CULTURAL DA CIDADE DE GARANHUNS	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	124
<b>REFERÊNCIAS</b>	128
APÊNDICE A- Questionário 1- Beneficiamento da mandioca e sua importância identitária	133
APÊNDICE B- Questionário 2- Território/Territorialidade/ Identidade	134
APÊNDICE C- Questionário 3 – Da imagem do quilombo a partir da cidade	135

## INTRODUÇÃO

As questões que envolvem o negro no Brasil são historicamente conhecidas e sempre foram alvos de discussões em diversos temas e circunstâncias. Atualmente reforça-se a esta temática os quilombos, uma das formas mais antigas de organização social brasileira, símbolo de resistência ao colonialismo, e que hoje denomina-se como Comunidade Remanescente de Quilombos.

Sempre que um exemplo de quilombo é solicitado nada mais comum que ouvir o “Quilombo dos Palmares” ou algo atrelado ao nome de seu maior representante, Zumbi dos Palmares, como algo pertencente ao passado, isolado no tempo e no espaço, sem nenhuma participação na estrutura da sociedade vigente. Este pensar nos remete ao tempo em que havia escravidão no Brasil. Quadro contrário ao panorama que se apresenta na atualidade, isto porque as Comunidades Remanescentes de Quilombos são atuantes e que, distante de se caracterizarem pelo isolamento e a fuga, tem como principais características a resistência e a autonomia.

Este trabalho materializa o desejo de realizar um estudo junto aos quilombolas da Comunidade de Castainho, localizada em Garanhuns, Pernambuco. A justificativa pela escolha desta comunidade se deu uma vez que Castainho é pioneira no processo de titulação das terras no Estado de Pernambuco; também pela importância da história da comunidade que está intimamente ligada ao Quilombo dos Palmares, o que caracteriza Garanhuns como “terra de preto”; outro fato digno de nota é que a comunidade de Castainho não aceita de forma passiva as imposições feitas pela sociedade vigente, procurando atuar de forma profícua nas questões contemporâneas, servindo, assim, de modelo às outras comunidades quilombolas.

Um outro motivo é que desta forma uma contribuição geográfica foi construída, amenizando

o déficit de trabalhos acadêmicos da área ou até mesmo o não conhecimento de estudos geográficos acerca do tema; uma vez que

a geografia do Brasil[...] não comportava nem a ideia do Negro enquanto ente social, e nem das relações raciais enquanto constituintes de nossa estrutura social que grafa o espaço e produz geo-grafias. (SANTOS, 2007, p. 14)

No entanto, ainda sob esta perspectiva geográfica e sua contribuição

[...]Pensamos que o entendimento da questão racial brasileira é algo pendente e a geografia pode auxiliar na análise dessa problemática ao lado de diversas áreas, como a Sociologia, Antropologia, a História e a Psicologia Social, a fim de constituir referenciais teóricos e metodológicos que permitam apreender os fenômenos sociais contemporâneos. (CARRIL, 2006, p. 33)

A relevância desta discussão possibilita analisar ou mesmo expor registros sobre uma comunidade negra rural, buscando contemplar de forma satisfatória as questões étnico-raciais e culturais numa abordagem geográfica, bem como compreender suas relações de trabalho, modo de vida e questões referentes à relação do homem com a terra.

Para entender tal dinâmica faz-se necessário explorar o conceito de território, bem como o de territorialidade de forma a buscar compreender como através do uso do território a Comunidade Quilombola de Castainho estabelece as relações com o entorno reafirmando as buscas pela identidade dos afrodescendentes. Este, constitui o objetivo principal deste estudo.

Com o intuito de se aprofundar na temática Comunidade Remanescente de Quilombos, é importante que se faça um recorte histórico de como foram precedidas estas relações, analisando as harmonias e antagonismos, observando, também, até que ponto os elementos de forte conteúdo simbólico da comunidade contribuem para que haja de fato a resistência identitária quilombola. Este objetivo torna-se necessário uma vez que há indícios de que a

comunidade de Castainho em seu conjunto não faz do reconhecimento uma estratégia bem definida para se estabelecer como uma comunidade quilombola.

Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico destacando a importância do debate na Ciência geográfica, bem como enfatizar o conceito de território. Também se fez necessário fazer um levantamento documental tomando como base os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Cultura (Fundação Palmares), CIGA - Centro de Cartografia Aplicada e Informação, da Universidade de Brasília (em visita técnica), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); a partir das informações coletadas nestes órgãos oficiais os dados foram cruzados gerando gráficos, mapas e quadros. Para a confecção dos gráficos, mapas e quadros tomou-se como base os dados do Ministério da Cultura (Fundação Palmares) em cruzamento com os dados do CIGA, portanto somente constaram neste trabalho as comunidades que começaram seu processo de titulação das terras, ou seja, que são reconhecidas, não apenas identificadas. Isto explica, por exemplo, porque o número de comunidades aqui descrito é menor que o número de comunidades relatados em alguns estudos, a citar o CIGA. Para ilustrar estas informações foram construídos mapas com o objetivo de dar uma visão geral da distribuição das comunidades quilombolas no estado de Pernambuco, em mesorregião e microrregião, destacando os municípios de ocorrência e a quantidade de comunidades reconhecidas. Para analisar a relação entre a Comunidade de Castainho com o seu entorno foram realizados aproximadamente duzentos e cinquenta questionários, quinze entrevistas semi-estruturadas e dez relatos espontâneos no quilombo do Castainho, em comunidades quilombolas vizinhas, e em quatro bairros da cidade de Garanhuns: Heliópolis, principal centro turístico da cidade; o centro da cidade, lugar de maior dinamismo; o bairro da Boa Vista, onde acontece uma das principais feiras que comercializam os produtos de Castainho e, por fim, o bairro da COHAB II, bairro “limítrofe” entre a zona

rural e urbana, constituindo, assim, como o principal acesso à comunidade. Foram entrevistadas lideranças de outros quilombos situados em Garanhuns, a liderança de Castainho, representantes do poder local, bem como os transeuntes do quilombo (profissionais atuantes, cidadãos, visitantes).

Por este caminho a presente dissertação está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo procura-se trazer um entrelaçamento entre os conceitos da geografia (mais precisamente o território e a territorialidade enfatizando a importância da contribuição da ciência geográfica no tema Comunidades remanescente de Quilombos), e analisando também as questões jurídicas e normativas dos quilombos no Brasil.

No segundo capítulo discute-se sobre a espacialidade quilombola no Brasil estudando a distribuição geográfica das comunidades em todas as regiões brasileiras, fazendo um cruzamento de dados históricos e estatísticos nos Órgãos oficiais responsáveis. Procurou-se enfatizar ainda neste capítulo a distribuição das comunidades quilombolas no Estado de Pernambuco, detalhando a distribuição pelas mesorregiões, microrregiões e municípios, com destaque a Garanhuns, onde localiza-se a comunidade em estudo. Nesta passagem ressaltou-se a importância do Quilombo do Castainho na formação de Garanhuns, explorando o histórico da comunidade e entrelaçando com a história do município.

No terceiro capítulo é apresentada a territorialidade do Quilombo do Castainho, analisando a forma de uso do território e como através desta utilização são delineadas as relações de qualquer esfera: cultural, econômica e social são estabelecidas. Ainda neste capítulo é feita uma análise da organização sócioeconômica, da área de “conflito” e dos pilares de conteúdo simbólico que fazem com que o quilombo se diferencie do seu entorno.

O quarto e último capítulo traz os resultados das pesquisas de campo analisando através da aplicação de questionários, as relações da Comunidade Remanescente de Quilombos com o seu entorno, levando em consideração as outras comunidades quilombolas, a cidade de Garanhuns e os municípios circunvizinhos.



# **1 GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS - ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**

## **1.1 A GEOGRAFIA E OS DESAFIOS DE PENSAR O CONTEXTO QUILOMBOLA**

A Geografia ganha destaque enquanto ciência pela possibilidade que oferece à interdisciplinaridade, ou seja, é um campo de saber marcado pela heterogeneidade de debates e de conceitos. Pode-se considerar a geografia de fundamental importância para de início relatar e em seguida entender toda a transformação no espaço, ou como diria Anjos (2004) não só apontar, mas dar explicações para as transformações territoriais e levantar as possíveis soluções para uma melhor organização do espaço.

Assim, os estudos sobre quilombos tornam-se um desafio à inserção e entrelaçamento dos conceitos da geografia, visto que há um paradoxo sobre esta afirmação, o qual é apresentado entre os geógrafos sobre o aspecto que corresponde à questão étnica, visto que a mesma costuma ficar restrita ao pensamento individual, isto é, ao pensamento dos autores. (RATTS, 2003). Quer dizer, a abordagem interdisciplinar é cara à geografia, mas não no tocante às “geo-grafias” negras.

Voltando o olhar de forma mais específica para a contribuição da geografia, autores como Anjos (2003) e Carril (2006) enfatizam como é interessante para a disciplina considerar as representações e as relações humanas, bem como a materialidade das ações e das formas de organização. Este pensar fornece o embasamento para a análise dos quilombos numa perspectiva geográfica, uma vez que se procura compreender o comportamento dos habitantes em relação ao território, o reconhecer, o valorizar a comunidade, além disso, tende a procurar superar a discriminação existente.

Apesar disso, e do caráter interdisciplinar, a geografia ainda se apresenta de forma tímida no que diz respeito aos trabalhos acadêmicos acerca do tema Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos. O estudo sobre quilombos está atrelado, comumente, à História, à Psicologia Social, notoriamente à Antropologia, dentre outros campos das ciências sociais.

As várias áreas vêm contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a formação dos quilombos, não mais como marginalizados social e economicamente (CARRIL, 2006). Porém, o imaginário popular ainda tem o quilombo como algo pertencente ao passado e isento de qualquer participação no contexto social dos dias atuais. Desvendar estes estereótipos constitui importante escopo de uma geografia comprometida com a superação da discriminação dos espaços etnicamente diferenciados.

Alguns autores chegam a apontar para certo “colonialismo intelectual” no Brasil, quando determinados objetos de estudo são “propriedades” de certas disciplinas ou domínio de alguns pesquisadores (MARTINS *apud* RATTTS, 2003, p. 37). Daí é importante destacar o papel da geografia no estudo dos quilombos, pois ela é um instrumento essencial na releitura das dimensões espaciais das relações étnicas da sociedade.

Levando essas concepções em consideração, a geografia assume grande importância na temática da pluralidade cultural, principalmente no que diz respeito ao território, às suas características e aos diferentes grupos que o compõem e que possibilitam apontar as múltiplas faces de uma parcela do espaço e da sociedade desconhecida de muitos. A par desta contextualização procurou-se analisar o caso específico das comunidades quilombolas.

### 1.1.1 QUILOMBOS, UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

A palavra ou termo quilombo se origina na língua banto e se aproxima de termos como: habitação, floresta e guerreiro (ANJOS, 2006). Por ser uma das mais antigas formas de organização social, o quilombo remete a uma forma de rejeição aos confrontos do sistema escravista. Significava, e ainda hoje o é, um refúgio na busca por proteção e por igualdade de condições de vida e de acesso a terra.

O território americano é marcado pelo surgimento de quilombos. É importante enfatizar que para cada país que apresentasse este tipo de organização uma denominação era dada. Por exemplo, na Colômbia, no Equador, no México e em Cuba eram chamados de *palanques*; na Venezuela, *cumbes*; Nos Estados Unidos, nas Guianas, no Haiti, no Suriname eram os *marrons*; Na Guiana Francesa eram conhecidos também como *marrons* e ainda como *bush negrões*.

Recentemente é que a questão quilombola é tratada como algo não atrelado somente ao passado escravista, mas ainda se apresenta como um problema contemporâneo, já que as pesquisas investigativas com abordagem geográfica ainda são restritas. O senso comum trata da questão como algo episódico, o que acaba comprometendo a sistematização das informações impedindo, assim, a visibilidade acerca do tema.

Analisando o quesito visibilidade, Cruz (2007) chama atenção que

As populações “tradicionais” se organizam, ganhando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos a partir de suas territorialidades e identidades territoriais. (CRUZ, 2007, p. 94)

Portanto, a luta por questões de igualdade de acesso aos recursos, bem como pela legitimidade de diferenças e destaque dos aspectos de suas identidades se mostrarão em diferentes formas de produzir, de viver e de existir.

Assim como está ligado à ideia de passado escravista, comumente atrela-se o quilombo ao isolamento; essa questão de fato deve ser levada em consideração, uma vez que as terras de quilombo foram conquistadas a partir de diversas formas de resistência, tais como a fuga para locais inacessíveis. A ocupação das terras “livres” e geralmente isoladas não se dava somente por meio de fugas, mas também por heranças e doações, como pagamento de serviços prestados ao Estado. Como quer que seja, a vida nos quilombos buscava afastar-se daquela “ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar”, no dizer de Caio Prado Júnior (1945, p.43), para quem a subsistência era uma atividade acessória à grande lavoura.

Analisando por esta vertente, o Programa Brasil Quilombola (relatório de 2004) tece algumas observações alegando que esta falsa idéia (isolamento) decorreu do fato das comunidades terem permanecido isoladas durante parte do século passado:

Foi uma estratégia intencional que garantiu a sua sobrevivência como um grupo organizado com tradições e relações territoriais próprias e, por conseguinte, com direito a ser respeitado nas suas especificidades, as quais foram significativas para a construção e atualização de sua identidade étnica, cultural, reprodução física e social. (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2004)

A questão do isolamento, mostrada anteriormente, evidencia-se hoje de maneira ultrapassada ou relativizada, pois as Comunidades Negras Rurais se colocam de maneira atuante no cenário político, tecem as suas territorialidades e não estão limitadas somente ao seu território (demarcado). Elas estabelecem a partir do uso do seu território relações com os chamados

espaços da globalização onde existem, de certa forma, espaços da exclusão ou espaços fragmentados. Seria inevitável, também, pensar quais seriam os sentidos do processo de globalização num ambiente quilombola, em relação à formação de uma identidade cultural, uma vez que a área em análise está em contato com um tecido urbano difusor dos elementos padronizadores do mundo global. Assim sendo, a comunidade de Castainho, em sua proximidade com Garanhuns, afasta-se do estereótipo de ser um quilombo distante e quase inatingível pela sociedade moderna.

O que deve ser levado em consideração é como a comunidade vive hoje, integrada ao Capitalismo que mascara contradições e alimenta os cidadãos de maneira geral, como se dão as relações que, querendo ou não, permitiram a reconstrução da sobrevivência da cultura negra. Portanto, podemos levar em consideração o que descreve Carril:

A paisagem atual dos quilombos, contudo, reatualiza a luta do negro na sociedade brasileira, nesse período histórico do território, quando as forças do capital (empresas multinacionais, capital financeiro, blocos econômicos) alienam o território em uma economia cada vez mais mundializada (CARRIL, 2006, p. 61).

A esse fato errôneo de serem limitados ao período da escravidão, os quilombos alcançaram também a condição de mito para a sociedade brasileira. No entanto, acompanhando o aparecimento político de grupos negros rurais de Norte a Sul do país, estudiosos de diversas áreas demonstraram a variada constituição de territórios negros, nos mais diferentes lugares, e com muitas diferenças entre si.

À luz dessas considerações poderíamos começar a revisar um dos conceitos pioneiros para a definição de quilombo estabelecido pelo Conselho Ultramarino de 1740, que dizia que “um quilombo era toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada,

ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões neles”. É válido ressaltar que esta denominação foi dada pelos donos do poder e que o nome era dado como sinônimo de perigo. Constatava-se assim que os ajuntamentos se proliferaram como uma forma de manifesto ou mesmo um sinal de protesto do negro às condições às quais estavam sujeitos.

Fugindo das concepções restritivas de quilombo que o consideram uma unidade isolada alguns historiadores o caracterizavam pelas relações sociais, notadamente de trocas entre os quilombolas e a sociedade escravista. Sociedade esta, rígida, e que quase não deixava margens à mobilização e à ascensão social. Percebe-se então que de certa forma isso já os distancia da ideia de isolamento, sendo preferível falar em subordinação. Contudo não se pretende aqui tratar do assunto de forma exaustiva. Vale ressaltar apenas que é importante fazer uma atualização do conceito de quilombo levando em consideração aspectos atuais e não somente do passado. Se fosse o caso de analisar de forma separada (o passado e o presente) poderia-se incorrer no risco de se perder o fio condutor da construção da identidade.

É fato que durante muito tempo os grupos sociais quilombolas foram esquecidos, tornaram-se invisíveis aos olhos do Poder Público. Recentemente, com a redemocratização do país isto mudou e é perceptível a ampliação dos direitos aos quais esses grupos têm. Conseqüentemente as comunidades negras rurais buscaram de forma efetiva o reconhecimento dos territórios, e eis que surgem ou renovam-se os conflitos sociais. Dado início ao processo do reconhecimento, os diversos interesses surgiram formando uma rota de colisão onde o Estado agiria como um componente essencial.

Carril (2006) ao analisar a situação atual dos quilombos rurais (caso de Castainho, apesar de sua vizinhança à cidade) coloca que

a situação dos quilombos impõe questões ao problema da identidade, porque, em primeiro lugar, o quilombo rural traduz sua luta pela terra e **também** pela especificidade étnica, tanto vinculada ao direito territorial como calcada sobre a ancestralidade buscada na origem da conquista da terra.(CARRIL, 2006, p. 68, grifo nosso)

Para esta tarefa entram em cena as agências de mediação que , conforme o próprio nome procuram viabilizar e legitimar as suas ideias sejam elas individuais ou corporativas, com o intuito de nortear ou mesmo definir quais serão os caminhos que devem ser percorridos desde a identificação até a titulação das terras.

Em relação às ações do Movimento Negro ao introduzir a denominação “Comunidades Negras Rurais” esta teve por objetivo fugir do estereótipo de que os habitantes dessas comunidades fossem fugidos e vivessem isoladamente, onde é negada a disciplina de trabalho ou enfatizado algo fora da civilização e negativo. É importante este debate, uma vez que os antigos senhores restringiam o termo quilombo à ação de negros fugidos, diferentemente do que podemos constatar atualmente. Por isso a preferência dos militantes negros em utilizar o termo Comunidades Negras Rurais, não atrelando simplesmente à forma de como o grupo social se originou, mas por reconhecerem que são portadores de um direito independentemente da formação conflituosa do território que trabalham ou vivem. Trata-se de uma ação política que enfrenta o grave problema da estigmatização dos remanescentes de quilombos no Brasil.

Além da denominação citada acima se utilizam tantas outras, como: Remanescentes de Comunidades de Quilombos, Terras de Preto, entre outras. É válido ressaltar que essas denominações nascem a partir do grupo social que as compõem, são de pontos de vista diferentes e, embora tratem de um mesmo tema, se voltam apenas a uma situação social.

Observando atentamente as denominações pode-se afirmar que algumas privilegiam o indivíduo enquanto outras priorizam o grupo étnico. No caso em pauta, referir-me-ei à comunidade de Castainho como Comunidade Remanescente de Quilombo considerando que esta expressão prioriza o grupo étnico.

Outro fato digno de nota é que as áreas de uso comum utilizadas por estes grupos sociais expressam-se apenas como valor de uso; isso se dá porque existe uma indivisibilidade que impossibilita ou dificulta a colocação no mercado. É assim que sobre as denominadas “Terras de Preto”, Almeida (1988) coloca que elas “compreendem àqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formação jurídica, a famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras sem proceder ao processo formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente” (ALMEIDA, 1988, p. 45-46).

Ainda segundo Almeida (1988), as terras de pretos são conceituadas levando-se em consideração a autodefinição dos habitantes locais, a autonomia do grupo social, o modo de apropriação e uso dos recursos naturais disponíveis. Esta denominação é usada de forma comum no Maranhão, onde os habitantes se referem aos seus territórios como um sufixo, “os pretos”, após o nome das comunidades. É comumente encontrado, por exemplo: Cajueiro dos Pretos (localizada em Alcântara), São Sebastião dos Pretos (Bacabal), Santa Maria dos Pretos, Santa Rosa dos Pretos, Santana dos Pretos, Mandacaru dos Pretos, Pitoró dos Pretos (Itapecuru-Mirim), dentre outras.

Em Pernambuco, embora menos comum, podemos encontrar comunidades como Conceição das Crioulas, os Negros de Gilu e Onze Negras e localidades como “Mondé dos Negros” em

Camocim de São Félix, bem como os Negros do Osso em Pesqueira.

Esta denominação “Terra de Preto”, quando utilizada para se referir às comunidades quilombolas em geral é interpretada como um espaço utilizado predominantemente por negros o que encontra respaldo histórico. A esse respeito Anjos nos coloca que

Vistos como um processo territorial, apresentam as seguintes características: eram de uma instância concreta do espaço geográfico que expressava a luta de classes no sistema escravista; constituíam um território de recriação da cultura e da forma de viver africana; possuíam uma população heterogênea, na **maioria de ascendência africana**, mas contavam, também, com a presença de populações indígenas, mulatos e descendentes de europeus que se sentiam excluídos da sociedade; eram locais de difícil acesso, mas dotados de áreas férteis apropriadas para o cultivo, para a caça e a pesca; a terra era sagrada e constituía uma propriedade comum, coletiva.(ANJOS, 2006, p. 49 grifo nosso)

Corroborando com o exposto acima Gonçalves (2009) diz que

Quilombo não é lugar exclusivamente de negros e sim predominantemente de negros. Acrescenta ainda que ao quilombo aglomeravam-se todos os pobres que queriam se refugiar e tinham lugar para fazer certas práticas<sup>1</sup>.

De fato, a comunidade em questão apresenta esta estrutura de interação (uma vez que o quilombo do Castainho se apresenta com uma população bastante heterogênea). Acredita-se que este fato ressalte a capacidade política de organização, não só no controle da produção, mas também nas suas relações de trabalho dentro do grupo e com a sociedade envolvente. Portanto, torna-se impossível fazer uma análise da comunidade em questão sem levar em consideração toda a conjuntura que envolve as diferenças culturais e as relações com o entorno, enfatizando uma certa abertura da comunidade para a sociedade maior. Isto pode ser

---

<sup>1</sup> Extraído da Mesa-redonda: A Complexificação da Questão ( da Reforma) Agrária na América Latina Hoje: novos protagonistas, novos temas, novos problemas. Dentre os conferencistas, o Professor: Carlos Walter Porto-Gonçalves. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, V Simpósio Nacional de Geografia Agrária (2009)

observado quando em entrevista com os quilombolas um deles enfatizou que: “Castainho chegou onde chegou porque abriu as portas”.

Para não perder de vista a organização quilombola e a formação territorial brasileira, pode-se dizer que os territórios dos quilombos irão se configurar como um fator espacial bastante expressivo, presente em todo o território nacional, onde se agrupavam principalmente negros, mas que acolhiam também indígenas e brancos excluídos do sistema e quem buscavam a reafirmação cultural.

Lembrando que essas denominações, por mais diversas que pareçam ser, referem-se aos grupos com inestimáveis contribuições culturais, que carregam consigo as tradições procedentes da África no tocante à agricultura, as relações com a terra entre outras formas de expressão, como a religiosidade sem esquecer a contribuição indígena. O autor ainda coloca que a heterogeneidade também é uma marca no que diz respeito às terras de pretos, pois esta denominação nos remete à questão étnica e não somente racial. Nesse sentido, abordar dessa diversidade é assumir um risco, principalmente em se tratando da diversidade cultural do Brasil. Sem embargo, faz-se necessário analisar as diversas manifestações territoriais e culturais do fenômeno “quilombo” no país, de modo a melhor compreendê-lo e contribuir para a elaboração de políticas públicas adequadas.

Anjos (2004) relata que são várias as questões relacionadas à cultura brasileira que merecem investigação e que ainda há o esquecimento das comunidades remanescentes de antigos quilombos ou dos sítios geográficos onde os negros se rebelavam contra o sistema escravista e formavam suas comunidades “livres”. Este debate acerca das comunidades quilombolas é de caráter urgente e sendo o quilombo uma das mais antigas formas de representação da

população negra, muito precisa ser conhecido e divulgado para que a sua visão seja ampliada e os estigmas combatidos.

Autores como Anjos (2003) e Carril (2006) apontam que são várias as lacunas existentes em alguns aspectos geográficos em relação ao tema. Ao citar alguns problemas podemos levantar que é difícil, por exemplo, saber qual o número real de negros na população brasileira, bem como o número de negros trazidos da África. Este, dentre tantos outros questionamentos, tem respostas insatisfatórias.

Na atualidade um questionamento se impõe: qual seria o procedimento dos cientistas sociais para explicar as Comunidades Remanescentes de Quilombos, ou qualquer outra denominação, que possuem características análogas e realidades semelhantes? E ainda, quais seriam os critérios mais justos a serem avaliados ao dizer que uma comunidade negra rural deve ser do ponto de vista étnico-cultural, enquanto que outra só poderia ser analisada por questões fundiárias?

Infelizmente, o problema em relação à terra não acaba após a concessão do título. Sabe-se que o conflito de terras no país é grande e percebe-se a atuação de grileiros, dificultando a ação do Estado em relação à desapropriação e indenização de terras particulares provocando os conflitos. Acontece, por exemplo, de uma comunidade ocupar uma área muito grande e só receber a titulação de 1/5 das terras. Isto frequentemente debilita ou inviabiliza a reprodução do grupo com base em suas antigas práticas agrícolas.

Para a maioria das comunidades de quilombos atuais, a organização da economia está estruturada na agricultura; a terra é o elemento considerado como fundamental servindo de

base para a sua sobrevivência, tanto no que se refere à infraestrutura quanto à cultura. É através do uso da terra que torna-se possível compreender a dinâmica do pertencimento a um grupo e a um território. O território, enquanto base física adquire grande importância política e simbólica. Alguns moradores da Comunidade Quilombola de Castainho sabem que, desde os seus ancestrais, organizaram uma vida ligada à terra, como uma forma de reprodução econômica e cultural<sup>2</sup>.

Ao avaliar por esta ótica percebe-se que a união entre a vida da comunidade com a dinâmica da natureza torna-os mais próximos dela e que acaba comportando a elaboração de representações simbólicas, incluindo as festas e as práticas culturais. Esta característica permite-lhes a manutenção de certos laços de solidariedade. Laços esses verificados nos espaços comunitários em certos momentos, como nas atividades da casa de farinha (maiores detalhes adiante). E na grande maioria das comunidades estes espaços comunitários, dotados de múltiplas funcionalidades, é que nortearão para que estes territórios estabeleçam relações.

Ao analisar o Quilombo do Castainho do ponto de vista geográfico, percebe-se que é através do uso do território, da territorialidade exercida, que os quilombolas estabelecem as relações com o seu entorno, de modo especial com a cidade de Garanhuns.

Atualmente o território é formado de lugares com funcionalidades diferentes, os quais propiciam acontecimentos simultâneos e que acabam criando novas formas do acontecer. A citar como exemplo a casa de farinha, neste espaço comunitário acontecem muitas atividades, não somente ligadas ao beneficiamento da mandioca. Os quilombolas apontam este espaço como um símbolo da comunidade, onde acontece reuniões, eventos e constitui-se juntamente

---

<sup>2</sup> conforme entrevistas de campo realizada em 13/06/2008

com a terra como a base econômica do quilombo do Castainho. É a partir do que é produzido na casa de farinha (seja ela rudimentar ou moderna) que se estabelecem as relações com o seu entorno.

Ao analisar, por exemplo, as relações campo-cidade (neste caso, Castainho - Garanhuns) pode-se remeter ao que Santos (2004) relata quando nos chama atenção, sobre o espaço do acontecer solidário, neste caso, o espaço comunitário exerce forte influência “nas relações entre a cidade e o campo” onde o acontecer é complementar, onde “o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas” (*Idem*).

Evidencia-se assim que se tem no quilombo uma territorialidade contínua, sendo esta o fundamento da solidariedade, ou como citado anteriormente, de confraternização. A partir destas práticas estes grupos se organizarão politicamente ao perceberem ritmos externos à sua lógica, comandando a sua reprodução. (CARRIL, 2006).

Ao mesmo tempo em que o quilombo se mostra de forma continuada, Claval (2002) chama atenção ao fato de que no mundo moderno, muitas vezes é “impossível aos grupos cuja identidade é real se organizarem sobre um território contínuo”. A produção e as trocas exigem que as pessoas de origem variada trabalhem nos mesmos lugares, mas que também estabeleçam relações com o entorno não ficando assim restritos apenas ao “seu” território, ao lugar das práticas. Isto só vem a enfatizar a realidade da comunidade quilombola de Castainho, uma vez que devido à territorialidade tem-se a ideia de uma continuidade do território, porém as relações estabelecidas extrapolam o território do quilombo, fato pelo qual concorda-se com o autor citado acima, quando o mesmo diz ser impossível restringir-se a um

mesmo território. Tal conjuntura não deve ser esquecida, pois os quilombos na atualidade estão integralmente conectados com a dinâmica mais geral da sociedade brasileira e com o mundo.

Buscando analisar as várias formas de olhares acerca do Quilombo do Castainho, o trabalho pretende dar uma visão geral de como se dão as relações do mesmo com o seu entorno levando em consideração o uso do território somado à ancestralidade.

## 1.2 TERRITÓRIO: AS MARCAS DA COMUNIDADE NO ESPAÇO

Para discutir território, numa perspectiva que se coaduna com a geografia cultural, deve-se levar em consideração que uma de suas principais características é a *idéia de pertencimento* do indivíduo e, sobretudo, do grupo com seu espaço de vivência. Isto nos leva à proposição de que o território é constituído por identidades. Portanto, o caráter de território reflete o sentimento de pertencer a um espaço de vida e de concebê-lo enquanto o “lugar das práticas”, o qual é consumado através do enraizamento de uma complexa trama social.

Assim, como ciência social, a geografia pode ser considerada na qualidade de estudo das porções da superfície terrestre que são dotadas de certa identidade, sendo estruturadas e organizadas pelas sociedades, grupos e comunidades humanas que se apropriam do espaço em diferentes escalas.

Segundo Le Berre (1995, p.605 *et. seq.*) todos os grupos sociais objetivam garantir sua sobrevivência (alimento, abrigo, vestuário, crenças, etc.) e para tanto cada um deles se apropria e molda certa fração da superfície do planeta. Daí advém a noção mais básica de território para as finalidades propostas pelo presente trabalho: ele pode ser definido como a

parte do ecúmeno terrestre apropriada através de um grupo social de modo a garantir sua própria reprodução, assegurando a satisfação de suas necessidades vitais.

Portanto, entende-se aqui território como uma entidade espacial: um lugar de vida de uma comunidade minimamente coesa (mesmo que não homogênea) e que pode ser compreendido apenas em relação a este grupo social. As disputas por essa apropriação, pela definição dos elementos de coesão e unidade social, pela moldagem do espaço e sua extensão geram tensões inerentes à vida em sociedade. Portanto, os conflitos – tanto internos quanto entre o grupo e a sociedade maior – são intrínsecos à idéia de território.

O grupo vivencia, ordena, gere e disputa o espaço e seus atributos físico-naturais, demarcando-o e articulando dada “territorialidade”. Como propugna a mesma autora, um território geralmente possui uma marca identitária impressa pelo grupo social, sempre acompanhada pela aposição de nomes próprios que o identificam para esta ou aquela sociedade: “a tomada de posse da terra é feita por meio da identificação e nomeação dos lugares” (LE BERRE, *op. cit.* p. 611). Dentre outros fatores, tal referenciação é uma baliza para a assimilação daquele pedaço da terra por comunidades humanas específicas e seus costumes, implicando sentimentos e sentidos de pertencimento/não-pertencimento que delineiam o próprio alcance da territorialidade face ao enraizamento espacial do outro.

Definida minimamente como o sentimento de fazer parte de uma entidade social e espacial, com área mais ou menos circunscrita e gerenciada por determinado grupo social, a territorialidade contempla, pois, os modos de ação, comportamentos e mentalidades vinculados ao território. Isto é fundamental para os estudos dos quilombos no Brasil, cujo processo de apropriação do território foi (e ainda é) marcado por circunstâncias materiais e históricas tormentosas, tais como fugas, busca por lugares remotos e/ou inacessíveis,

resistência em áreas diminutas, etc. Aliado a isto, tem-se que sua atual situação de busca por reconhecimento formal de direitos territoriais convoca o pensamento geográfico, no sentido de compreender as formas de uso do solo, as maneiras de pensar e as práticas culturais específicas que conferem aos espaços quilombolas o estatuto de pilares ímpares no seio da cultura e da formação territorial brasileiras. Enfim, para a geografia, as comunidades remanescentes de quilombos somente podem ser entendidas a partir da terra que ocupam, do que produzem e, assim, a tornam especial como parâmetro de relação com o mundo.

Dentre os conceitos trabalhados pela Geografia o território se coloca no contexto ora apresentado, como um instrumento importante na análise das marcas da comunidade presentes no espaço, e também por mostrar as peculiaridades na distribuição espacial levando em consideração a composição étnica.

Haesbaert (1997) ao sinalizar vertentes sobre o conceito em tela aponta em uma delas a de que o território assume a vertente culturalista – vista como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. A esta identidade social / territorial interpretada de modo cultural (ou, de outro modo, pelas práticas culturais indicativas de uma identidade territorial) pode-se acrescentar que seja também uma autoatribuição, ou seja, ocorre quando os indivíduos se reconhecem como quilombolas, no caso estudado.

Como relatado no laudo antropológico (1997) do Quilombo do Castainho, a construção social de suas peculiaridades encontra “na comunidade elementos simbólicos que demarcam de forma destacada a sua unidade e a sua distinção social, como as categorias de autoidentificação e histórias e mitos que articulam sua crença de origem”.

Porém o conceito de território abarca um conteúdo bastante diversificado. Essa diversificação nos remete não só a sua complexidade, mas também a sua polissemia que ultrapassa os limites da geografia, sendo utilizado pelas ciências sociais como um todo. A este respeito fica explícita, assim, a necessidade de lançar mão dessa categoria-chave a partir da Geografia, e de sua construção, desenvolver a discussão da problemática. (CARRIL, 2006).

Levando-se em consideração as dimensões continentais do Brasil e suas transformações ao longo da história da ocupação do espaço nacional, pode-se dizer que existem vários territórios e que cada um deles apresenta suas especificidades, não só de dimensão, mas também de conteúdo, e que é percebido de forma diferenciada pelos seus agentes. Devido à extensão e complexidade da ocupação, as desigualdades são visíveis e a maneira de ver o território varia desde as características naturais até as suas formas de uso, em diferentes escalas de análise. Portanto, há que se observar a dimensão local, sem esquecer as questões regionais e nacionais.

Tendo como objeto de estudo a Comunidade Quilombola de Castainho e como objetivo a análise das territorialidades exercidas dentro e fora da mesma, o trabalho revela que dentre as suas especificidades, apontadas pelos próprios quilombolas e reconhecidas pelos habitantes do entorno da comunidade estão o modo de vida, o cultivo da mandioca, a forma de reunião que se destaca como um momento divulgação dos acontecimentos da comunidade, a participação dos líderes, dentre outros aspectos.

Estas constatações iniciais confirmam o que diz Cruz a respeito das especificidades de como as populações tradicionais se utilizam de seu território:

Essas populações passam a ser classificadas como tendo modos de vida “tradicionais”, por estarem pautadas em outras temporalidades históricas e configuradas em outras formas de territorialidades e ainda por terem modos de vida estruturados a partir de racionalidades econômicas e ambientais com saberes e fazeres diferenciados (CRUZ, 2007, p. 94).

Da mesma forma que há o reconhecimento frente às especificidades, um fato digno de nota está na negligência por parte do Poder Público, principalmente o local. Segundo relatos cedidos em entrevistas abertas “[...] Eles omitem a história real”. É notório também que há um desconhecimento por parte da população acerca dos quilombos em geral. De acordo com a escala o reconhecimento é maior ou menor: em escala nacional, o Quilombo do Castainho é bem reconhecido, em escala local o conhecimento é bem menor. Daí a reafirmação da necessidade da articulação das escalas.

No processo de formação do território as pessoas que nele habitam adquirem a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995). A expressão territorialidade pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em uma **comunidade**. (*Idem*)

Acerca da territorialidade pode-se dizer ainda que ela baseia-se na busca dos pormenores do território, desvendando, assim, o significado da individualidade. Corrêa (1998) refere-se à territorialidade como um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais ou as empresas. (CORRÊA, 1998, p. 251-252). No caso em pauta, o agente social é a Comunidade Remanescente de Quilombo.

Essa concepção de territorialidade, levada em consideração aqui, coaduna-se com o que a senhora Valdeci Maria, do Quilombo Poço dos Cavalos, localizado em Itacuruba, declarou:

[...] Territorialidade pra mim é onde a gente envolve o todo, é o global, é a terra, é a educação, é a vivência do povo naquele local. Eu entendo assim, porque é lá dentro do território onde a gente vai desenvolver nossas atividades para melhor sobreviver<sup>3</sup>.

Ainda sobre a formação do território, Santos *et.al.* (1998) corrobora com a ideia de que este é produto das relações sociais. Esta afirmação pode ser complementada com o que diz Lourdes Carril, ao referir-se de modo de vida específico aos quilombos:

O território configurou-se materialização da etnia e do direito à terra, o que diz respeito à categoria identidade. Ou seja, a vivência em um local permite aos seus moradores uma ligação cultural e um sentimento de pertencimento a um grupo e a uma base física e simbólica. (CARRIL, 2006, p. 24)

A partir das experiências do indivíduo com o meio pode-se chegar à conclusão que a identidade é um fator importante no sentido de aglutinar e mobilizar os envolvidos para a ação coletiva. Portanto é importante procurar analisá-lo de forma que se leve em consideração também as relações de poder (SOUZA, 2005), daí a importância do território e da territorialidade, ainda mais quando se pretende analisar um grupo social específico, como o quilombo, em sua interação com a sociedade envolvente.

O que deve ser destacado é que os territórios existem e são construídos e desconstruídos, em diferentes escalas e em diferentes situações temporais. Essas concepções acerca do território e de sua identidade reforçam a idéia sobre a importância de que o debate não deve se limitar em colocá-lo como simplesmente sinônimo de poderio de empresas/nações/ Estados, como geralmente é trabalhado na geopolítica clássica.

A análise de território, que interessa neste trabalho, foge do contexto de ser um substrato fixo, vai além da noção estática de limites ou fronteiras. A partir de então consideramos como

---

<sup>3</sup> Depoimento ao Centro de Cultura Luiz Freire na gravação do DVD “Quilombos de Pernambuco” (2008).

pressuposto que

o território também seja compreendido sob um prisma subjetivo, simbólico, de um espaço no qual o homem estabelece um vínculo afetivo, constrói sua história e concretiza suas representações e relações, mas este está em contradição com as formas territoriais ditadas pelo poder do capital e pela racionalidade do Estado. (CARRIL, 2006, p. 28)

Como o estudo ora apresentado trata de uma comunidade remanescente de quilombos e conforme anteriormente apresentado por Haesbaert (1997) quando traz a ideia de pertencimento, podemos dizer que a relação de parentesco e território são dois critérios fundamentais na definição de identidade, constituindo, assim, o binômio identidade-terra, o par mais significativo da emergência dos negros na qualidade de quilombolas. A geografia cultural contribui de forma significativa na abordagem da relação etnicidade e território, ajudando assim a refletir as identidades coletivas baseadas no tripé: cultura, identidade e território. (CLAVAL, 2002)

A abordagem etnogeográfica pode ser útil para o estudo da relação entre o território e as pessoas que nele habitam como a essência da territorialidade. A relação território - identidade se torna tão intrínseca que segundo Souza (2005) o grupo social não pode ser mais compreendido sem o seu território. Concordando com esta afirmação, Anjos (2006) faz algumas considerações que enfatizam o binômio território- identidade, quando diz que

O território é uma condição essencial porque define o grupo humano que o ocupa e justifica sua localização em determinado espaço. A terra, o terreiro, não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que tem os registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente. (ANJOS, 2006, p. 49)

Esta indivisibilidade se mostra com tamanha particularidade quando é observada a dinâmica das populações nos seus respectivos territórios. Ainda sobre essa relação inseparável Milton Santos faz uma reflexão quando diz que há a necessidade de revalorizar o dado local e o cotidiano **não somente** como categoria filosófica e sociológica, mas como categoria geográfica e territorial (SANTOS, 2000 *apud* KOGA, 2003).

Portanto este espaço se torna palco de múltiplas dimensões criadas por seus habitantes e que transformam o território, não (apenas) em propriedade, mas em símbolo de uma ideologia cultural manifestada nas mais diversas relações, sejam elas de caráter político, social, econômico ou cultural. E será o território que dará unidade a estas relações ao longo do tempo. Em suma, é plausível afirmar que a ligação com o passado nas terras quilombolas reside na manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida num determinado local onde prevalece a coletivização dos bens materiais e imateriais. (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2004).

Por ser a identidade um traço comum aos chamados “territórios étnicos”, a materialidade do território construído traduz as demandas históricas, sejam elas conflituosas ou não. Esses conflitos levam os territórios a um nível de exigência de organização e da necessidade da autoafirmação em todas as esferas: política, social, econômica e territorial.

A estas exigências enfrentadas pelos territórios étnicos, Hall (2006) nos chama atenção ao afirmar que as “velhas identidades”, que por um tempo estabilizaram o mundo social, estão entrando em declínio, fazendo surgir novas identidades, e que analisando por esta vertente chega-se a conclusão que há certa fragmentação do indivíduo que era visto até aqui como algo unificado. Por isso há uma fragilidade no debate de questões identitárias, uma vez que os

referenciais antigos sofrem certos abalos.

No que diz respeito aos quilombos isto é patente quando se leva em consideração os “deslizamentos” identitários recentes, quando pessoas que antes “negavam” seu passado passam a reivindicá-lo. Como exemplo também se pode enfatizar que após o reconhecimento de Castainho, também o Sítio Estivas, comunidade vizinha, passou a se autodefinir com maior ênfase enquanto comunidade quilombola, o que apresentará maiores detalhes nos capítulos seguintes.

Acredita-se que, atualmente, o que ocorre não é uma ruptura e sim uma forma de reformulação das identidades ou mesmo de certo tipo de abertura para tornar as identidades mais dinâmicas, ou seja, elas funcionam como uma espécie de estratégia para manter a sobrevivência física, recriar suas divindades e manter vivos os seus mitos.

Para entender melhor esta dinâmica jurídica-territorial faz-se necessário tecer algumas notas acerca de toda normativa ou do processo jurídico pelo qual precisam passar todas as comunidades que se autodefinem como remanescente de antigos quilombos no país. A seguir pretende-se mostrar de forma sucinta as etapas do processo de titulação das terras, os órgãos envolvidos, as leis que regem os órgãos que buscam alterar de forma positiva (ou pelo menos a tentativa) promovendo o acesso às políticas públicas.

### 1.3 PRINCÍPIOS LEGAIS QUE REGEM OS QUILOMBOS NO BRASIL.

Trazendo o debate para atualidade, podemos perceber o quanto as comunidades

remanescentes de quilombos ganharam força e estão presentes e atuantes. É bem verdade que o número de territórios étnicos formados durante a escravidão não foram poucos. Envolvendo a questão da visibilidade e da atuação é que se destaca o processo de luta política, bastante notório a partir da década de 1980, quando entram em cena as conquistas e reivindicações da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (Conaq) e do Movimento Negro Unificado (MNU) e dentre tantas outras entidades negras brasileiras.

Dentre as ações de reivindicação destaca-se, mesmo depois de mais de um século da Abolição da escravatura, o fato de que a questão quilombola ganhou expressão jurídica, onde a especificidade étnica rural passou a ser amparada pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), de 1988, aprovado a partir das pressões dos movimentos negros (CARRIL, 2006), surgindo uma nova figura jurídica: os remanescentes das comunidades de quilombos. O artigo estabelece que **“aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”**. Decorre daí uma importante consequência geográfica, com o fim da marginalização dos territórios quilombos a partir da Constituição.

Talvez este artigo seja questionável, uma vez que, como afirma Anjos (2006) a lei é estranha e vaga, o que transformou o nome de um movimento em título de permanência e exigiu provas e pesquisas para confirmar um longo período histórico de transgressão legal, mostrando assim a fragilidade no tratamento da questão. Contudo, deixa-se claro aqui que admite-se que o Artigo 68 é um passo relevante no sentido de reconhecimento dos direitos dos quilombolas no tocante à ancestralidade e ao território ( ou frações do território).

Segundo o relatório do Programa Brasil Quilombola (2004)<sup>4</sup>, as comunidades também tiveram seu direito assegurado nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. No Artigo 215 está determinado que o “Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Já o artigo 216 considera os aspectos que são constituídos como bens de natureza material e imaterial, protegidos pelo Poder Público; dentre os relacionados no artigo os que mais se destacam são os modos de criar, fazer e viver, diferentes dos demais grupos da sociedade brasileira, grupos estes onde estão inseridas as comunidades remanescentes de quilombos.

Para garantir o cumprimento do Artigo 68, e ainda como ação relevante, foi instituída a Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, que cria a Fundação Cultural Palmares - do Ministério da Cultura (Minc) que é o Órgão Federal que regularizava as comunidades remanescentes de quilombos, junto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Muitas indagações acerca destes dois últimos órgãos oficiais foram suscitadas principalmente porque são eles que procedem tecnicamente ao reconhecimento formal. A verdade é que houve certa disputa pela definição do órgão competente, pois alguns optavam pelo INCRA, por acharem que o problema era estritamente fundiário; outros preferiam a Fundação Cultural Palmares, argumentando ser esta uma questão cultural.

Como quer que seja, a partir de 2003, na implantação deste decreto, compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (que passa a ser um dos instrumentos mais importantes na condução oficial dos processos), a

---

<sup>4</sup> As informações oficiais contidas a partir deste momento constam do Relatório Brasil Quilombola 2004. Para evitar sucessivas citações, apenas outras fontes serão creditadas.

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Assistindo ao INCRA tem-se ainda a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que acompanhará o órgão responsável nas ações para a regularização fundiária, a fim de garantir os direitos étnicos e territoriais dos quilombolas.

Neste mesmo ano entra em vigor o Decreto nº4.887, de 20 de novembro de 2003 , que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”. O Artigo 2º deste decreto conceitua como Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, os grupos étnicos-raciais que levam em consideração os critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, que sejam dotados de relações territoriais específicas, tendo em vista a ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Ainda em análise do Decreto, consideram-se terras ocupadas pelos quilombolas as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Constituída como uma nova realidade jurídica as terras quilombolas são consideradas como “Território Cultural Afro-Brasileiro”. Sendo assim constituído, como um bem nacional a ser protegido pela sociedade brasileira, o Governo Federal assume as responsabilidades, criando por meio da Medida Provisória nº 111 (convertida na Lei nº 10.678), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de articular a formulação, “coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade racial e de combate à discriminação racial ou étnica”.

No ano seguinte, em 2004, é criado o Programa Brasil Quilombola, que tem por finalidade a

coordenação das ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase à participação da sociedade civil. O programa é coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, e conta com a participação de órgãos da administração pública federal.

A partir de informações colhidas no Conselho Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a seguir, de forma sintética, serão apresentados os procedimentos das etapas de titulação das terras: a identificação, reconhecimento, demarcação, titulação e registro das terras ocupadas por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, baseados no Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 e no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Todo o processo é possível graças ao RTDI- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, a partir do que determina a Instrução Normativa nº 49 do INCRA que está em vigor. Neste relatório deve constatar a identificação de aspectos sociológicos do grupo, estudos de natureza cartográfica ambiental, levantamento da situação fundiária das terras ocupadas, delimitação das terras suscetíveis de reconhecimento e parecer jurídico. Após esses trâmites a posse da terra é coletiva, ou seja, pertencente a todos os membros da associação quilombola da comunidade.

A título de informação o CONAQ foi criado no ano de 1996, em Bom Jesus da Lapa/ Bahia durante a reunião de avaliação do I Encontro Nacional de Quilombos e este tem por objetivo geral reivindicar soluções no tocante à luta pela garantia do direito a terra bem como a implantação de políticas públicas visando o desenvolvimento sustentável nas comunidades.

O processo se inicia pelo requerimento de qualquer interessado das entidades ou associações representativas dos quilombolas ou de ofício pelo INCRA. Neste requerimento deverão constar informações sobre localização da área, a qual será objeto de identificação. As atualizações das informações referentes aos pedidos de regularização das áreas remanescentes de quilombos competem às Superintendências Regionais do INCRA.

É válido ressaltar que os procedimentos citados anteriormente só serão iniciados após a apresentação da certidão de registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos. Esta certificação é concedida através da Fundação Cultural Palmares e que será atestada mediante autodefinição da comunidade. (CONAQ, 2008). Neste caso Castainho já passou por quase todas as etapas, faltando apenas a titulação definitiva.

O relatório antropológico constitui como uma das peças fundamentais do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação). Trata-se de um documento que deve conter informações gerais da comunidade como: caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural. Lembrando que estas informações estão de acordo com o que determina a Instrução Normativa nº 49 do INCRA, que está em vigor.

O laudo antropológico é constituído basicamente de seis partes, a citar: a) Introdução, que contém o referencial teórico utilizado no documento, o qual deve caracterizar a trajetória histórica do grupo e as relações territoriais específicas; b) Os dados gerais, onde serão especificadas as informações globais de infraestrutura (dentre elas, a localização e as formas de acesso), aspectos demográficos e sociais. É também neste ponto onde consta a informação sobre o município onde se encontra localizada a comunidade; c) O histórico da ocupação,

contendo o levantamento das fontes documentais e do patrimônio cultural da comunidade levando em consideração a memória e a sua reprodução (esta etapa é de fundamental importância, uma vez que traz a situação de ocupação territorial do grupo, elemento norteador do trabalho ora apresentado, já que trata-se de analisar a territorialidade da Comunidade Quilombola ;d) A organização social do grupo onde estarão descritas as práticas tradicionais de caráter coletivo; e) Ambiente e produção, categorias relacionadas à terra e ao ambiente onde vive a comunidade; f) Conclusão, contendo as propostas e descrições da área identificada e as potencialidades que porventura podem ser aproveitadas.

Como componente do processo de titulação, o qual mostra o laudo antropológico da Comunidade Quilombola de Castainho, elaborado por Vânia Fialho, em 1997, relata em detalhes as informações citadas há pouco. Informações estas que são de grande importância para que se entenda toda a dinâmica atual da comunidade. Outras comunidades do estado de Pernambuco estão passando pelo momento de construção do laudo, a citar, no município de Garanhuns, a comunidade de Timbó, avançando assim no processo de titulação das suas terras. Sendo o INCRA o Instituto responsável pela produção do RTID.

As etapas do processo de titulação das terras são as seguintes: Abertura do processo, emissão da certidão da Fundação Palmares/ Órgão do Ministério da Cultura, a produção do RTID, análise pelo comitê de decisão regional, consulta a órgãos e entidades, análise da situação fundiária, publicidade das contestações. A partir daí e de acordo com as situações apresentadas serão tomados os rumos a serem decididos pelo INCRA. Dependendo do caminho seguido haverá a desapropriação, o reassentamento de posseiros, a demarcação física, a outorga do título e finalmente o registro em cartório.

A Comunidade Quilombola de Castainho juntamente com a Comunidade de Conceição das Crioulas são as pioneiras no processo e titulação em Pernambuco, apresentam-se de forma mais avançada, portanto de acordo com o INCRA as comunidades já possuem o registro em cartório.

A partir desta análise é necessário que se mostre a distribuição espacial das comunidades no Brasil, no Estado de Pernambuco e enfatizando o município de Garanhuns, onde está situada a Comunidade em questão, como será efetuado nos capítulos que se seguem.



*Menino Rivaldo*

## 2 A ESPACIALIDADE QUILOMBOLA NO BRASIL

### 2.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL

Todas as regiões brasileiras tiveram uma parcela significativa de escravos em sua população total (MOURA, 1993). Alguns estudiosos afirmam ser a presença expressiva dos escravos nas regiões um dos fatores principais da continuidade da escravidão no Brasil. O interesse na distribuição dos escravos estava atrelado aos interesses da economia colonial. Essa distribuição da mão de obra negra nas regiões brasileiras de maneira abrangente é que determinou a especificidade do Brasil em relação aos outros centros escravistas mundiais.

A distribuição espacial dos quilombos no Brasil principalmente entre os séculos XVI e XIX se deu devido às revoltas acontecidas com a participação do povo descendente africano durante o sistema escravista. No gráfico abaixo observa-se a distribuição atual das comunidades quilombolas do país, representadas através do número de ocorrência encontradas nas regiões, com destaque para o que hoje se reconhece como a região Nordeste :

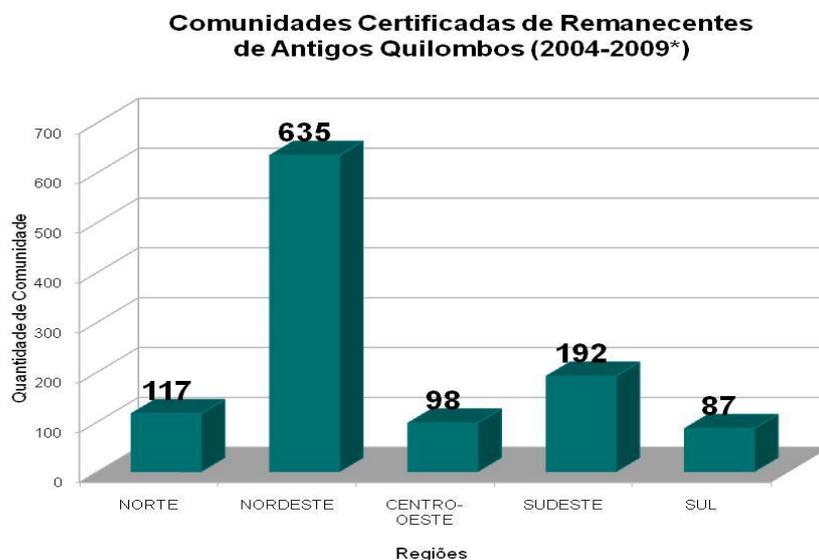
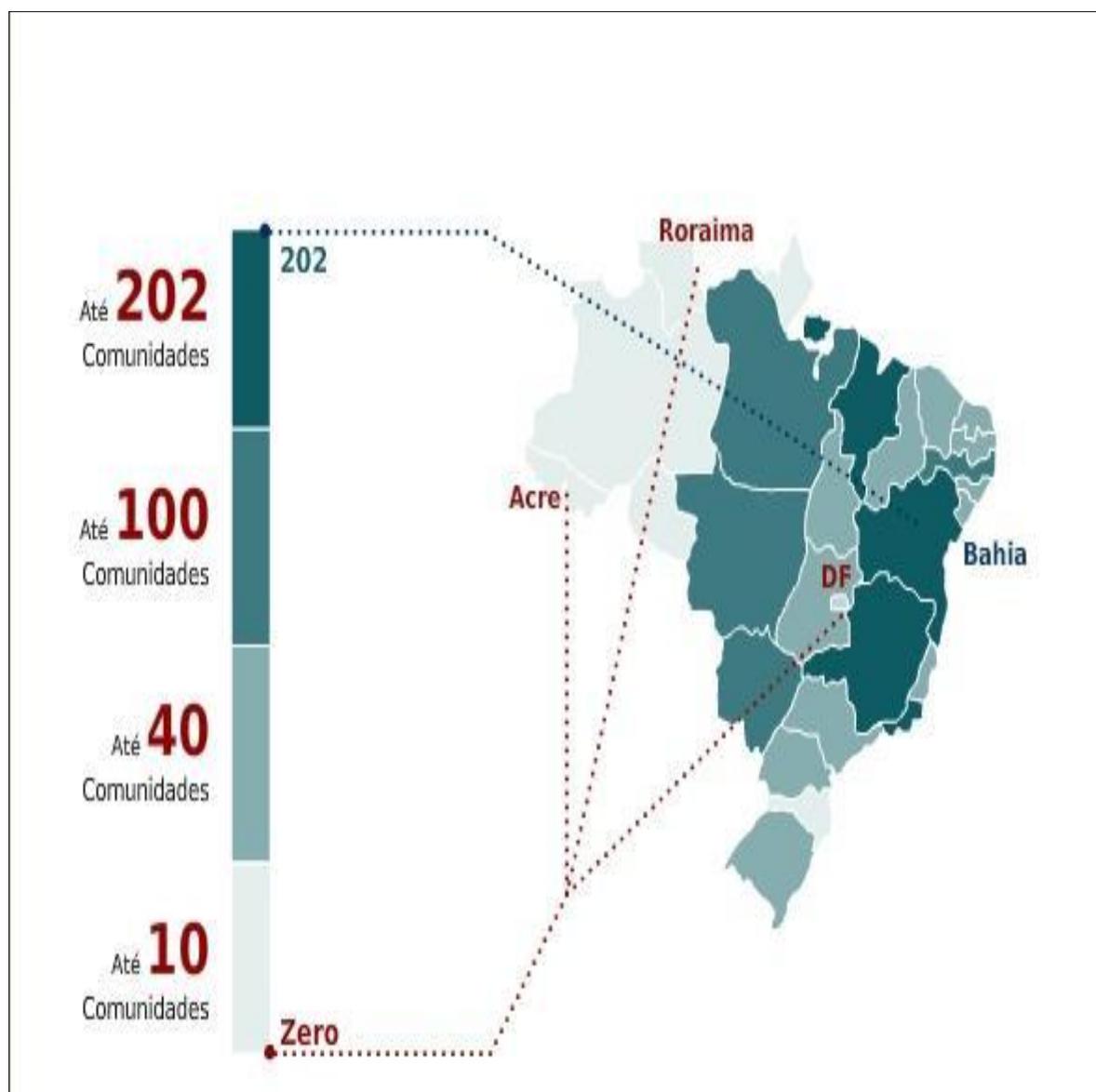


Gráfico 01: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos nas regiões brasileiras  
Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Adotou-se como base para a confecção dos gráficos que seguem o resultado da investigação do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica, da Universidade de Brasília, realizada em 1997. Deste trabalho resultou o primeiro cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil. Ressalta-se também a utilização do banco de dados quantitativos do Ministério da Cultura/ Fundação Palmares, com a atualização em 05/05/2009; no entanto, outro fato digno de nota é que no trabalho ora apresentado encontram-se as comunidades que pelo menos iniciaram o processo de titulação. Lembrando que os processos são abertos pelas Superintendências do INCRA a pedido ou requisição dos próprios quilombolas. Este entrelaçamento de dados resultou em algumas constatações, dentre elas:

1 – A presença dos territórios étnicos distribuídos por quase todo território brasileiro (com exceção de Roraima, do Acre e do Distrito Federal e que apresentam algo em comum, o desconhecimento sobre a existência dessas comunidades na atualidade), conforme figura 01. Como já citado, o senso comum atrela o quilombo ao passado escravista esquecendo sua dinâmica atual, mas, o número de comunidades quilombolas no país, bem como a expressão geográfica das mesmas, não deixa dúvidas de que o Brasil apresenta grande influência africana. Para ilustrar o conteúdo observem-se os gráficos e quadros que se seguem.

Figura 01: Concentração das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil



Fonte: Fundação Palmares, 2009

Quadro 01: Distribuição das comunidades remanescentes de quilombos certificadas nos anos de 2004- 2009.

REGIÕES	ESTADOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
NORTE	ACRE	0	0	0	0	0	0	0
	AMAZONAS	0	0	1	0	0	0	1
	RONDONIA	1	4	2	0	0	0	7
	AMAPÁ	0	4	7	0	0	0	11
	RORAIMA	0	0	0	0	0	0	0
	TOCANTINS	1	1	13	0	1	1	17
	PARÁ	19	7	38	17	0	0	81
								117
NORDESTE	BAHIA	23	52	112	22	36	13	258
	SERGIPE	2	5	8	0	0	0	15
	ALAGOAS	0	10	8	3	1	1	23
	PERNAMBUCO	5	48	9	18	11	0	91
	PARAÍBA	1	7	14	1	5	1	29
	RIO GRANDE DO NORTE	2	2	7	4	0	1	16
	CEARÁ	2	4	7	2	1	1	17
	PIAUI	2	7	22	2	0	2	35
MARANHÃO	8	41	26	27	44	5	151	
								635
CENTRO-OESTE	MATO GROSSO	0	55	2	3	0	1	61
	MATO GROSSO DO SUL	0	11	2	2	1	0	16
	GOIÁS	2	4	7	3	3	2	21
	DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0
								98
SUDESTE	MINAS GERAIS	9	29	38	12	17	2	107
	ESPIRITO SANTO	1	6	18	0	0	0	25
	RIO DE JANEIRO	4	5	5	1	2	0	17
	SÃO PAULO	1	16	14	9	3	0	43
								192
SUL	PARANÁ	1	6	23	4	0	0	34
	SANTA CATARINA	3	0	1	2	0	3	9
	RIO GRANDE DO SUL	10	5	11	9	6	3	44
								87
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>1129</b>

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

2- No Norte do Brasil, os territórios étnicos dedicam-se à prática da agricultura e do extrativismo, e o estado do Pará destaca-se s com um número expressivo de comunidades quilombolas identificadas. De acordo com o registro da Fundação Palmares – Ministério da Cultura - Órgão Federal responsável pela certificação das comunidades quilombolas no país- até 2009 foram iniciados o processo de titulação em 81 comunidades quilombolas no Estado do Pará. (Ver gráfico 02)

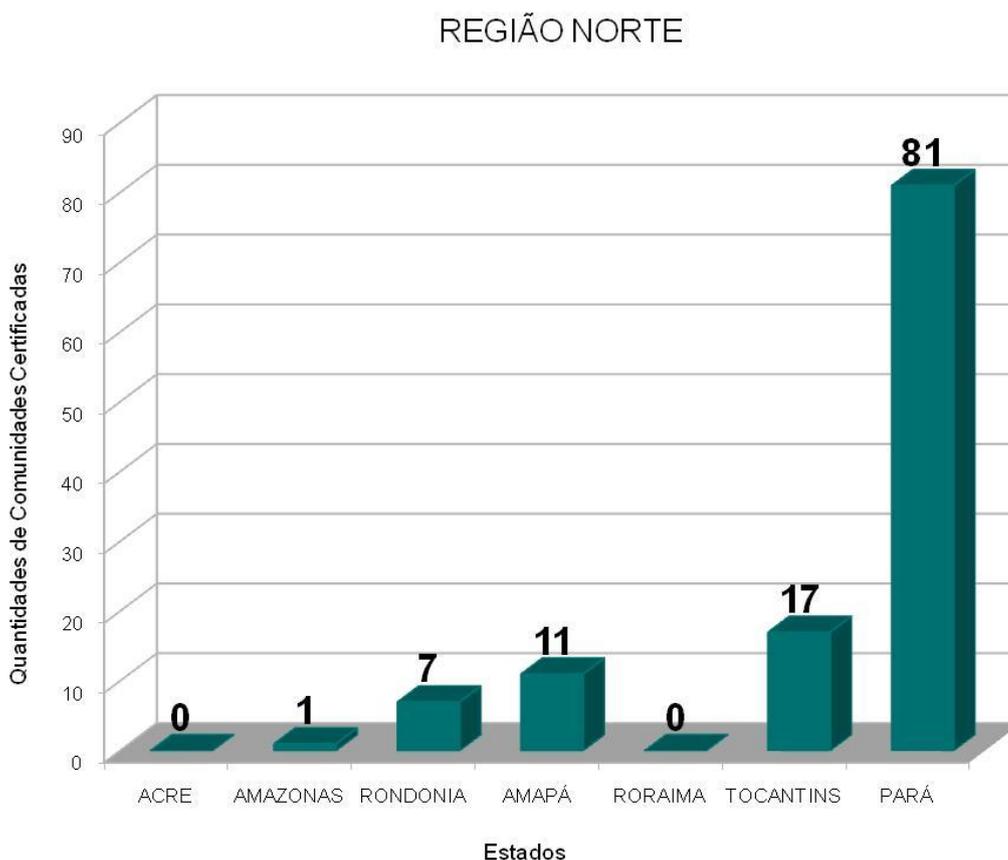


Gráfico 02: Distribuição das comunidades remanescentes de quilombo na região Norte  
Fonte: Fundação Palmares, 2009

3- Na região Centro-Oeste os maiores registros estão nos estados de Mato Grosso com 61 comunidades que deram início ao processo. As atividades econômicas das populações quilombolas estão voltadas também à agricultura, à mineração e às práticas pastoris.(Ver gráfico 03)

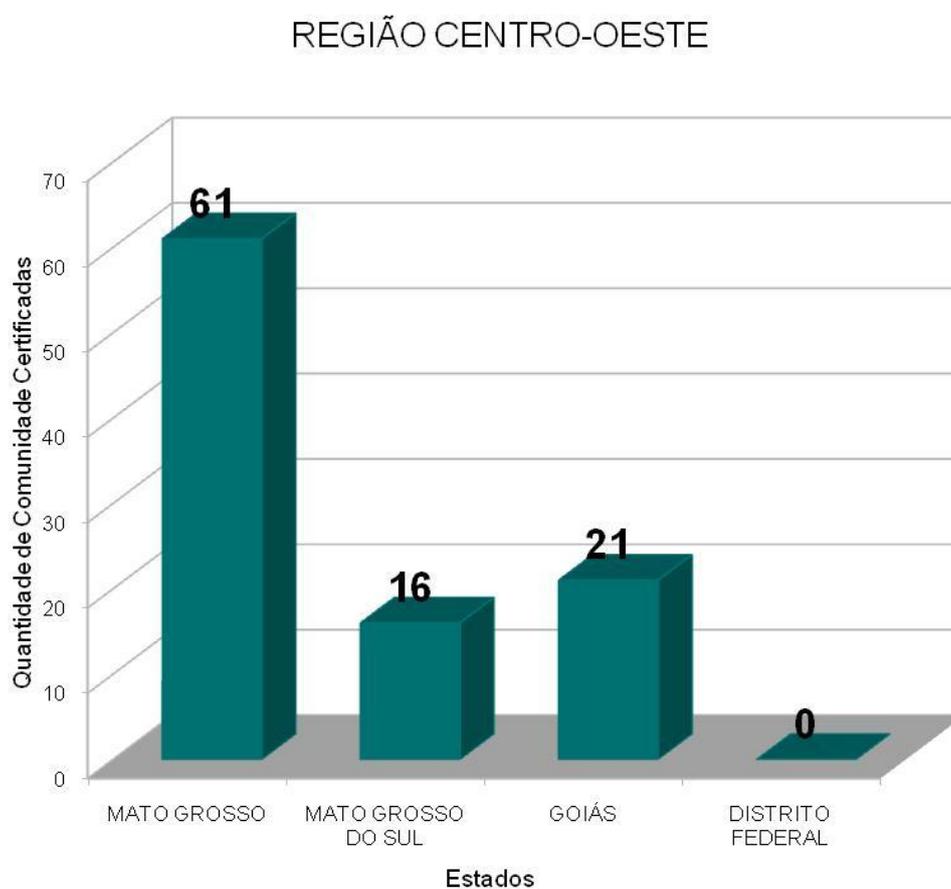


Gráfico 03: Distribuição das comunidades remanescentes de quilombo na região Centro-Oeste  
Fonte: Fundação Palmares, 2009

4- Na região Nordeste estão distribuídas grandes manchas de territórios étnicos, as atividades econômicas desses territórios, assim como na região Norte, estão ligadas à agricultura mas também à mineração e aos serviços, uma vez que os quilombos ocupam também espaços urbanos e periurbanos. Um fato digno de nota é a extensão territorial do Pará ao Maranhão e da Paraíba à Bahia, mostrando o dinamismo que a região apresenta, no que se refere à questão quilombola. O Nordeste apresenta mais de 60% dos registros. Além da extensão territorial o Nordeste destaca-se historicamente como um centro significativo de revoltas e insurreições. Nesta região os Estados do Maranhão e da Bahia configuram-se como os maiores concentradores de comunidades quilombolas no Brasil. Mas Pernambuco alcança também uma marca expressiva, ainda mais se considerarmos a relação extensão territorial dos estados em relação ao número de ocorrência de quilombos, conforme demonstrado no mapa 01.

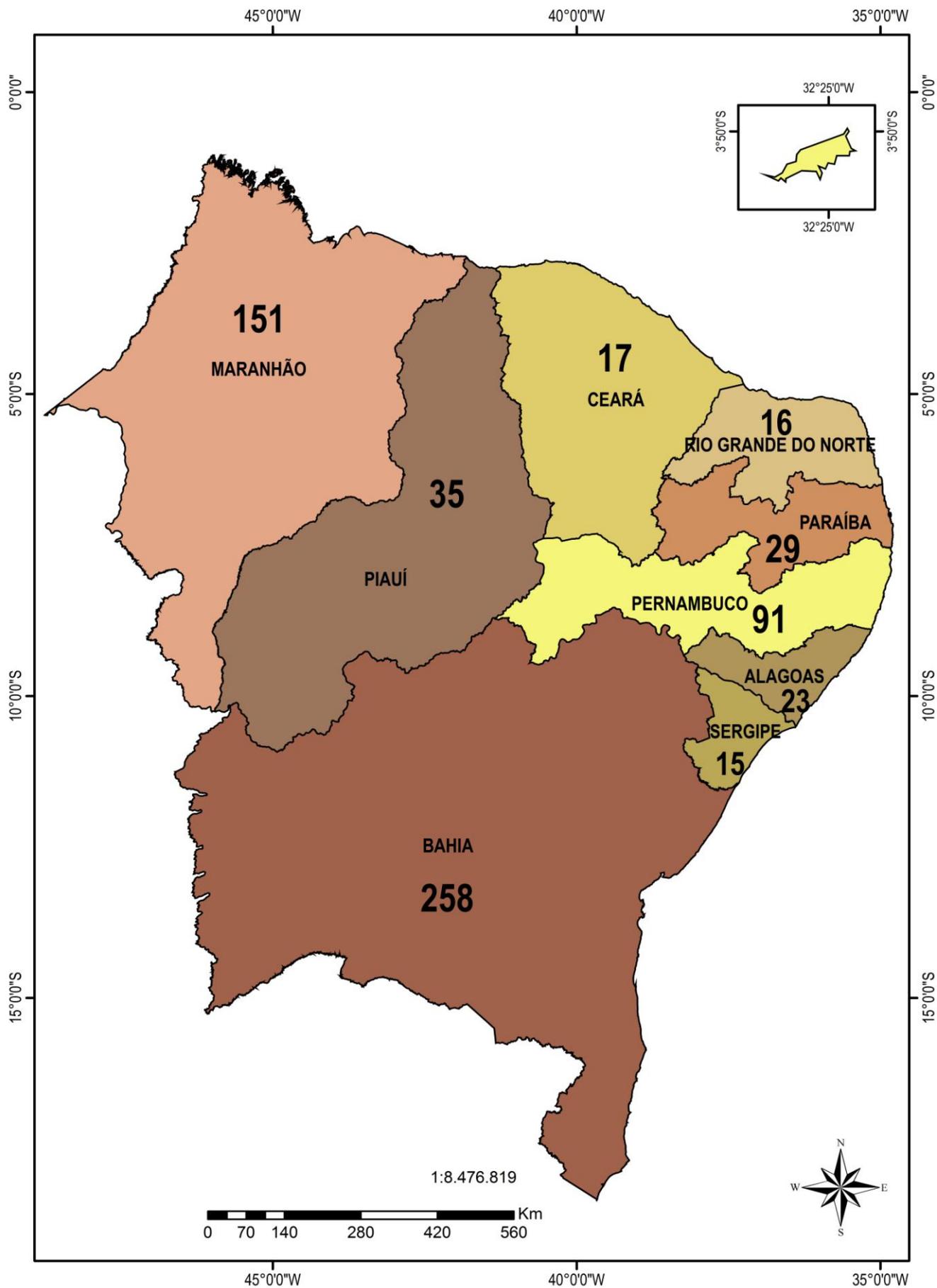
Como o objeto desta pesquisa se trata de uma comunidade do estado de Pernambuco é importante ressaltar o número de comunidades registradas nesse estado, que conta com aproximadamente 91 comunidades<sup>5</sup> (Ver gráfico 04). Em Pernambuco a presença negra se deu a partir das atividades nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão, no Nordeste. Estes dados foram obtidos do estudo que faz o levantamento cartográfico das comunidades quilombolas, o qual é uma das ações do Projeto Cartografia Afrobrasileira, desenvolvido pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informação (CIGA/UnB)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Dados retirados do banco de informações da Fundação Palmares levando em consideração as comunidades que iniciaram o processo de titulação das terras

<sup>6</sup> Dados retirados de Anjos, 2006

Mapa 01: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombo na Região Nordeste



Fonte: IBGE, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2010

## REGIÃO NORDESTE

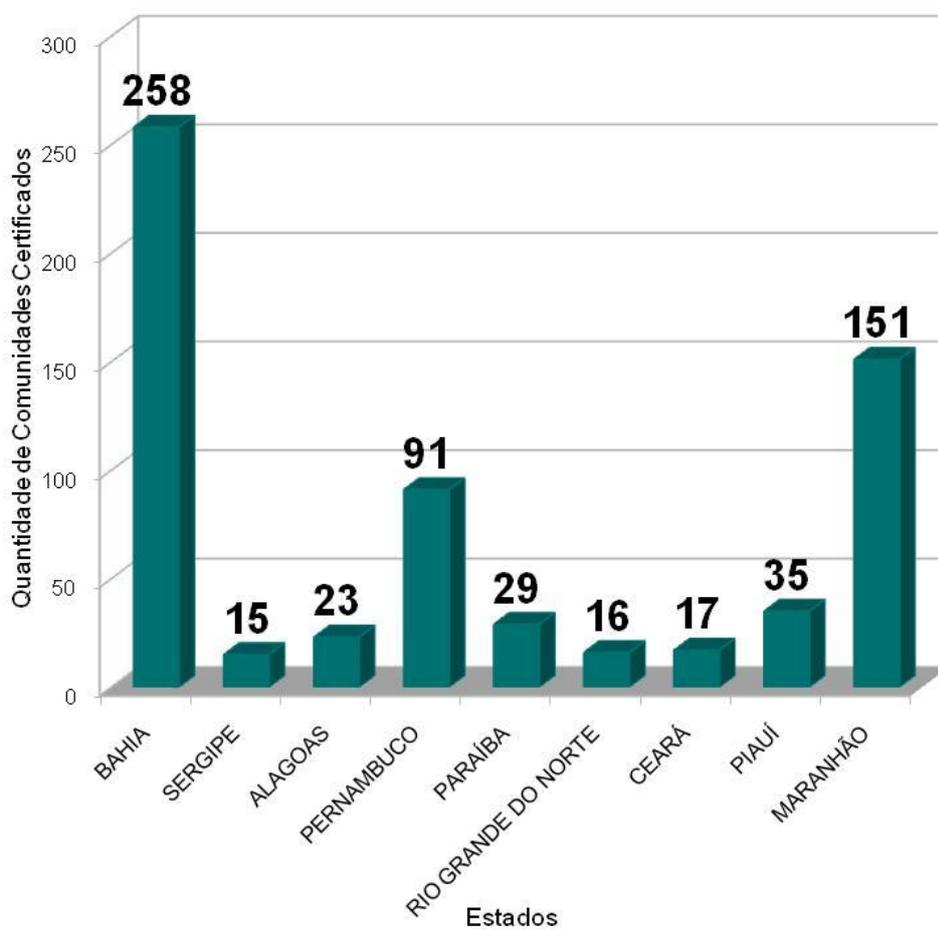


Gráfico 04: Distribuição das comunidades remanescentes de quilombo na região Nordeste  
Fonte: Fundação Palmares, 2009

5- Na região Sudeste observa-se também as ocorrências de territórios quilombolas, segundo o estudo, merecem atenção os estados de Minas Gerais, que concentra o maior número da região com 107 comunidades que deram início ao processo e o estado de São Paulo com 43 ocorrências. Isto remete aos ciclos econômicos do café e da mineração (Ver gráfico 05).

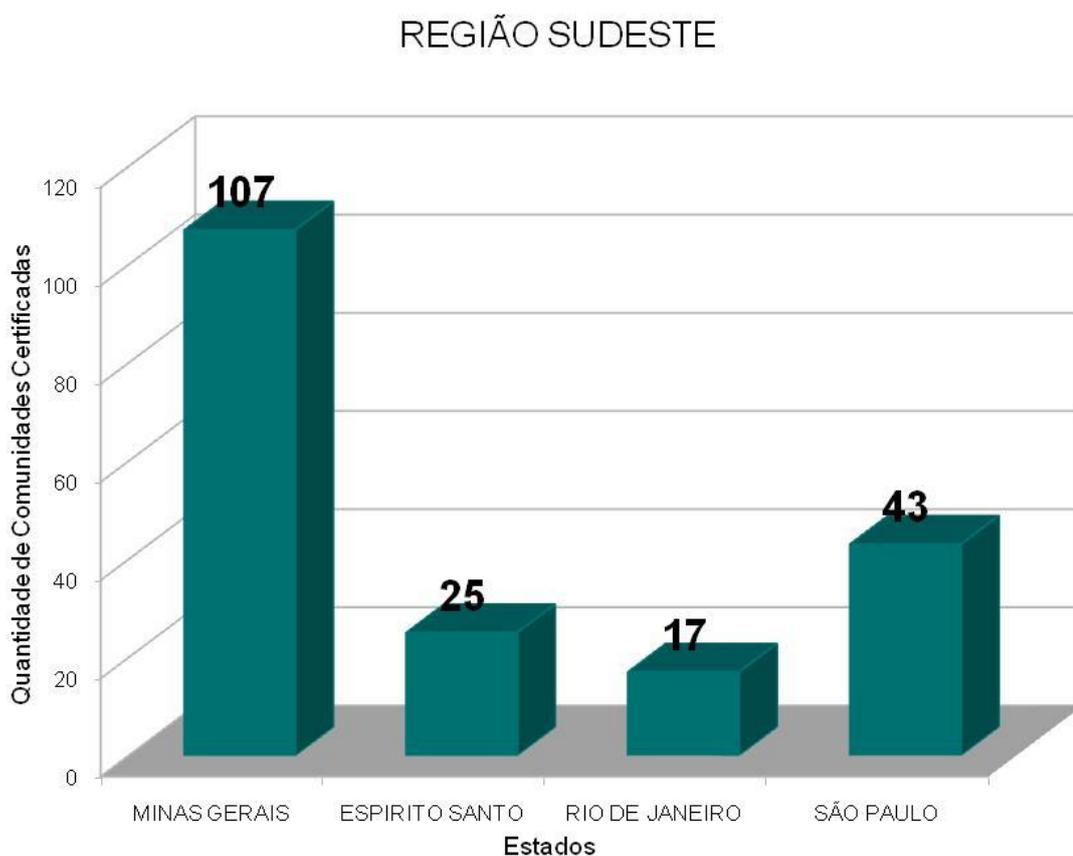


Gráfico 05: Distribuição das comunidades remanescentes de quilombo na região Sudeste  
Fonte: Fundação Palmares, 2009

6- Na região Sul as comunidades quilombolas praticam agricultura de subsistência e de pastagens. Os estados do Paraná e de Santa Catarina têm poucos registros, a maior concentração se dá no estado do Rio Grande do Sul. Este é o maior concentrador de territórios quilombolas certificados da região (Ver gráfico 06); A região se mostra como relata Anjos (2006), como reveladora no tocante à distribuição espacial dos quilombolas. Ou ainda como relatou Santos (2007) quando disse que os representantes da região ainda se chocam na “barreira do descrédito”, quando os mesmos se interrogam: “Quilombos no Paraná?”. São falas ainda proferidas por representantes do governo, sejam eles de qualquer esfera.

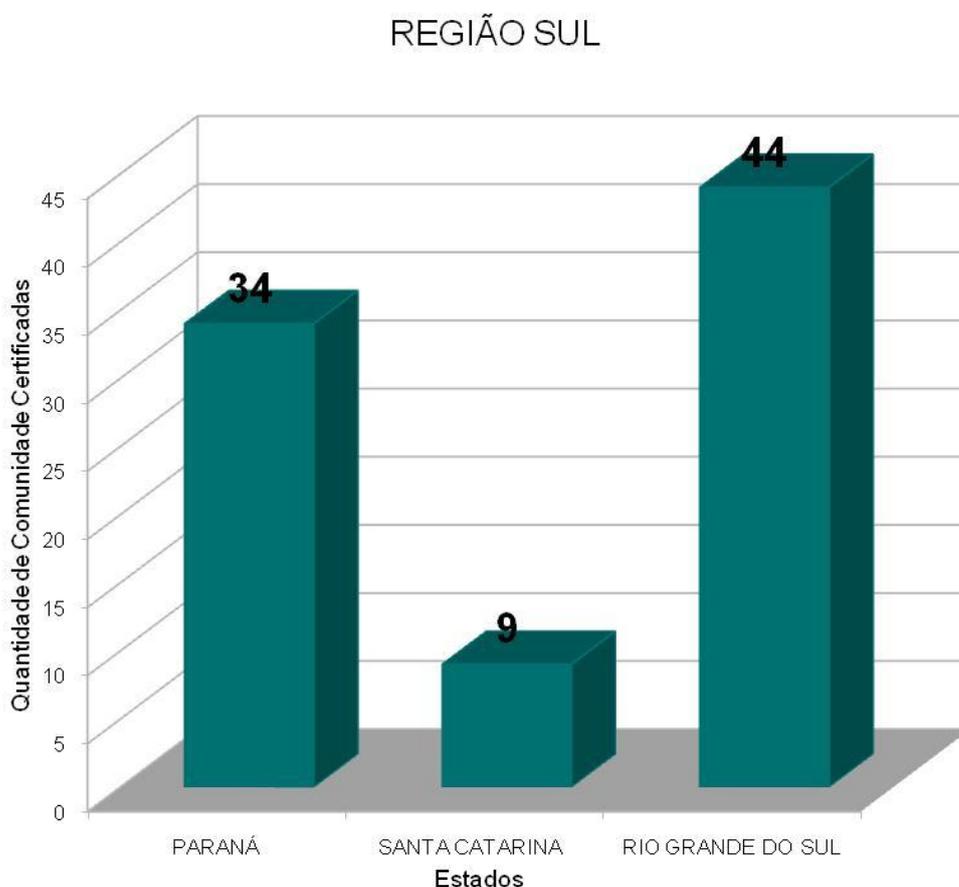


Gráfico 06: Distribuição das comunidades remanescentes de quilombo na região Sul  
Fonte: Fundação Palmares, 2009

Lembrando que este fato não foge da realidade local, uma vez que em ocasião de trabalho de campo, onde estava sendo feita uma análise de como se dá a relação da comunidade quilombola de Castainho e a cidade de Garanhuns, um dos representantes do governo local ao ser questionado acerca dos quilombos existentes na área mostrou-se surpreso pelo fato de Garanhuns abrigar comunidades quilombolas: “[...] Parece que ainda tem quilombo aqui, o Castainho, **parece que até tem gente morando ainda lá**”<sup>7</sup>

Tal mentalidade local corrobora com Santos (2007): esse exemplo nos mostra como a produção de uma imagem de território oculta a presença negra. Enfatiza-se então a importância da geografia e de sua responsabilidade social, uma vez que a ciência geográfica informa, reflete e revela sobre o país que estas mesmas pessoas vivem e que ajudam a construir.

---

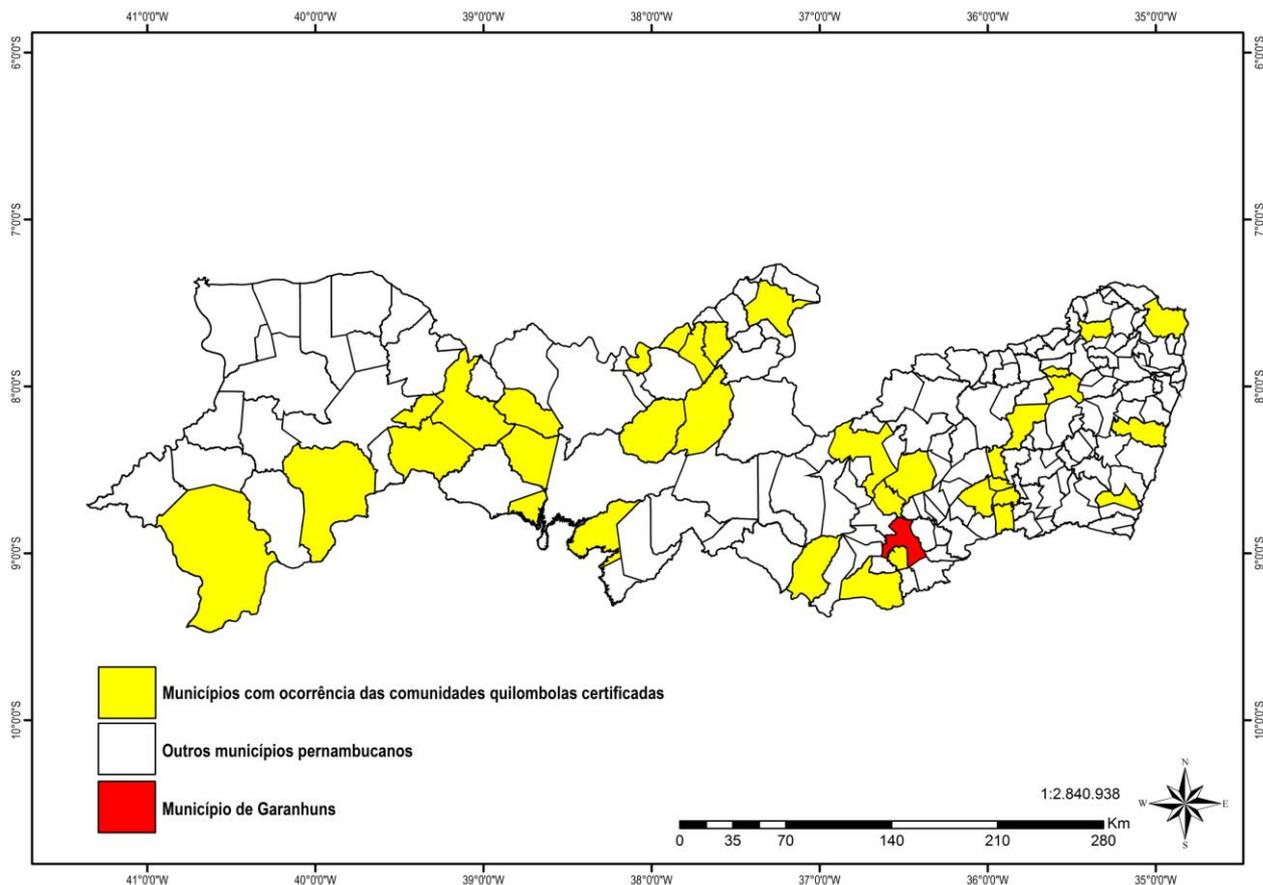
<sup>7</sup>

Conforme entrevistas de campo em 06/08/2009

## 2.2 DISTRIBUIÇÃO ATUAL DOS QUILOMBOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO COM DESTAQUE PARA O MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Como a comunidade estudada encontra-se em Pernambuco, torna-se mister revelar o painel estadual dos territórios quilombolas. A metodologia empregada para a configuração desta parte do estudo está baseada na construção de quadros onde está descrita a identificação de cada comunidade quilombola situada nos municípios, bem como os dados quantitativos para cada um deles além de gráficos onde se tem uma maior riqueza de detalhes em relação aos dados quantitativos e ilustrações a partir de mapas integrados das respectivas mesorregiões, microrregiões e municípios do Estado, com destaque para o município de Garanhuns. (Ver mapa 02)

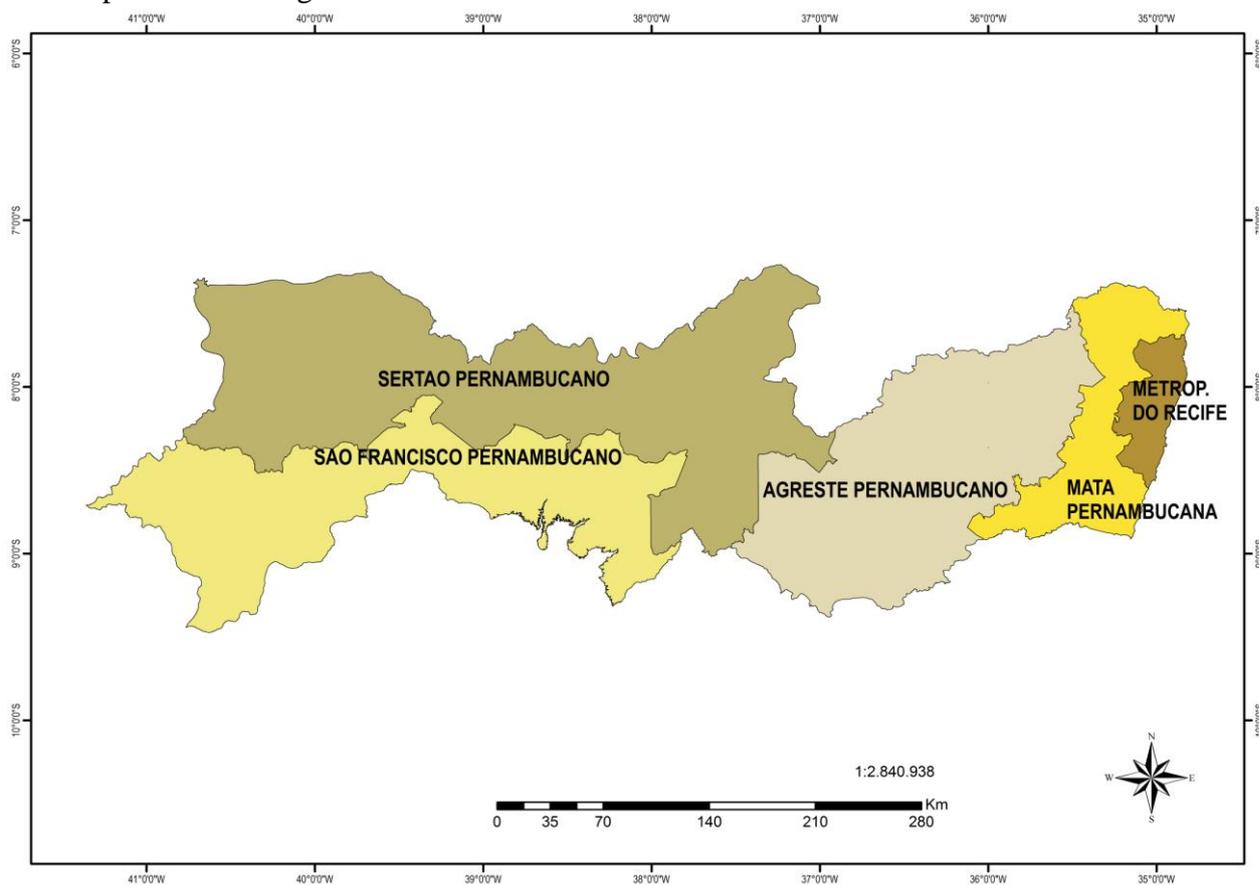
Mapa 02: Mapa do Estado de Pernambuco com ênfase nos municípios com ocorrência de quilombos, com destaque para o município de Garanhuns



Fonte: ZAPE – EMBRAPA, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2010

microrregião e municípios em que haja incidência de quilombos. Esta análise está distribuída da seguinte forma: as comunidades quilombolas certificadas na Mesorregião do Sertão Pernambucano, na Mesorregião do Sertão do São Francisco, na Mesorregião do Agreste Pernambucano, na Mesorregião da Zona da Mata Pernambucana e na Mesorregião Metropolitana do Recife (Ver mapa 03).

Mapa 03: Mesorregiões do Estado de Pernambuco



Fonte: ZAPE – EMBRAPA, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2010





Gráfico 07: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Sertão Pernambucano

Fonte: Fundação Palmares/2009

Quadro 02: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião de Salgueiro

<b>MICRORREGIÃO DE SALGUEIRO</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Conceição das Crioulas	Salgueiro
Santana	Salgueiro
Tamboril	Salgueiro
Araçá	Mirandiba
Caruru	Mirandiba
Feijão	Mirandiba
Juazeiro Grande	Mirandiba
Pedra Branca	Mirandiba
Posse	Mirandiba
Serra Verde	Mirandiba

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Quadro 03: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião do Pajeú

<b>MICRORREGIÃO DO PAJEÚ</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Águas Claras	Triunfo
Segredo	Triunfo
Queimada de Zé Vicente	São José do Egito
Abelha	Carnaíba
Brejo de Dentro	Carnaíba
Gameleira	Carnaíba
Sítio Gia	Quixadá
Leitão da Carapuça	Afogados da Ingazeira

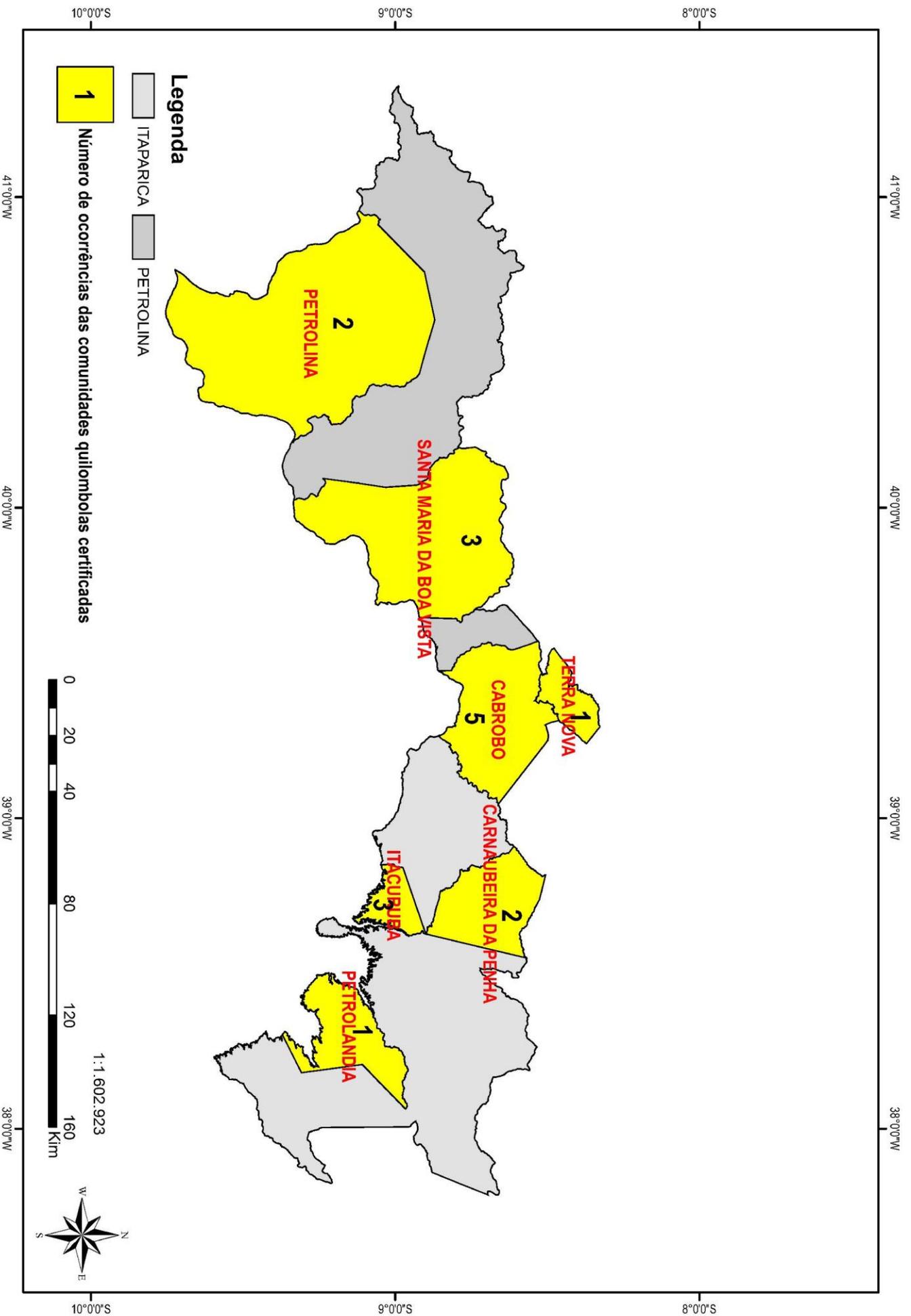
Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Quadro 04: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião do Moxotó

<b>MICRORREGIÃO DO SERTÃO DO MOXOTÓ</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Sítio de Brêdos	Betânia
Sítio Baixas	Betânia
Sítio São Caetano	Betânia
Sítio Teixeira	Betânia
Buenos Aires	Custódia
Cachoeira	Custódia
Lagoinha	Custódia
São José	Custódia
Sítio Açudinho	Custódia
Sítio Cachoeira da Onça	Custódia
Sítio Carvalho	Custódia
Sítio Grotão	Custódia
Sítio Lajedo	Custódia
Sítio Serra da Torre	Custódia
Sítio Riacho do Meio	Custódia

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Mapa 00: Localização das comunidades remanescentes de quilombos na Mesorregião do Sertão Pernambucano nas suas respectivas microrregiões



Fonte: ZAPE – EMBRAPA, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2010

## Distribuição das Comunidades na Mesorregião do São Francisco Pernambucano

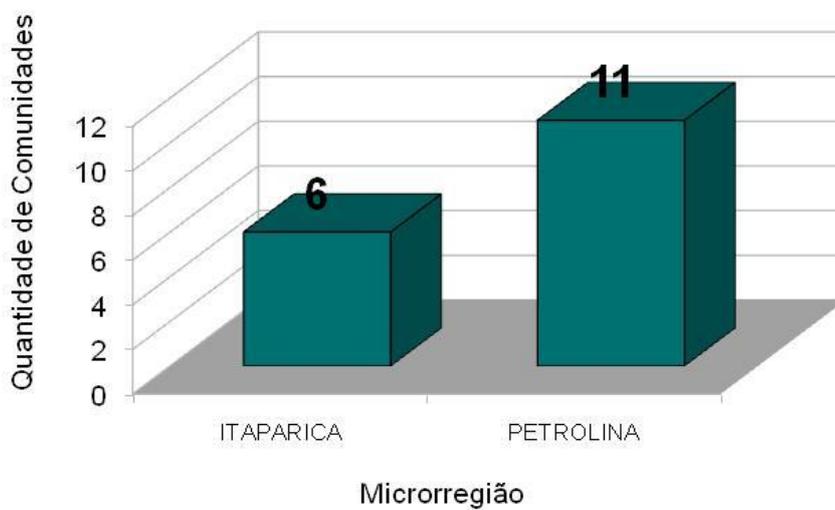


Gráfico 08: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do São Francisco Pernambucano

Fonte: Fundação Palmares/2009.

Quadro 05: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião de Itaparica

<b>MICRORREGIÃO DE ITAPARICA</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Massapé	Carnaubeira da Penha
Tiririca	Carnaubeira da Penha
Ingazeira	Itacuruba
Negros de Gilú	Itacuruba
Poço dos Cavalos	Itacuruba
Borba do Lago	Petrolândia

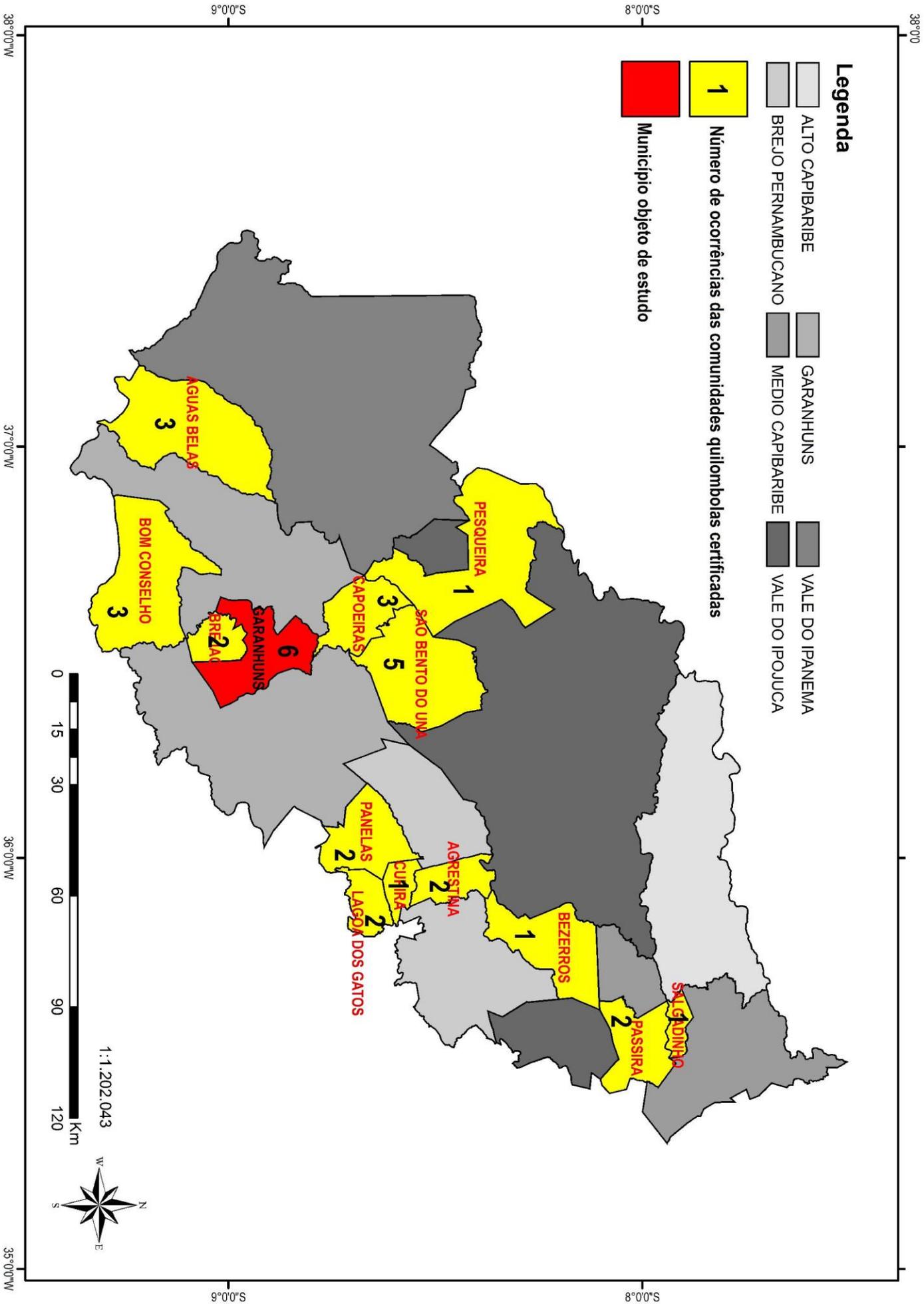
Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Quadro 06: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião de Petrolina

<b>MICRORREGIÃO DE PETROLINA</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Afranto	Petrolina
Fandango	Petrolina
Engenho Siqueira	Rio Formoso
Cupira	Santa Maria da Boa Vista
Inhanhum	Santa Maria da Boa Vista
Serrote	Santa Maria da Boa Vista
Cruz do Riacho	Cabrobó
Fazenda Bela Vista	Cabrobó
Fazenda Manguinha	Cabrobó
Fazenda Santana	Cabrobó
Jatobá II	Cabrobó
Contendas	Terra Nova

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Mapa 00: Localização das comunidades remanescentes de quilombos na Mesorregião do Sertão Pernambucano nas suas respectivas microrregiões



Fonte: ZAPE – EMBRAPA, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2010

### Distribuição das Comunidades na Mesorregião do Agreste Pernambucano

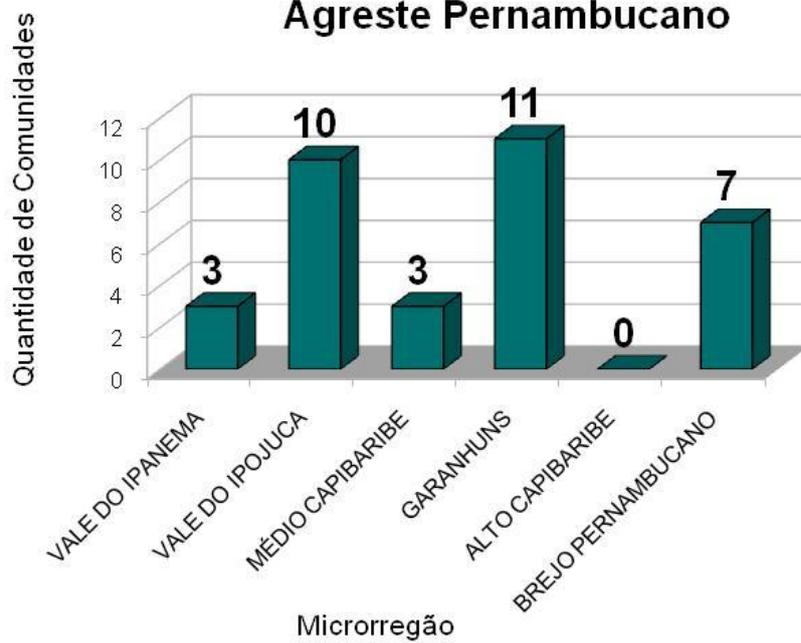


Gráfico 09: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Agreste Pernambucano

Fonte: Fundação Palmares/2009.

Quadro 07: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião do Vale do Ipanema

<b>MICRORREGIÃO DO VALE DO IPANEMA</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Quilombo	Águas Belas
Sítio Pinhão	Águas Belas
Tanquinhos	Águas Belas

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Quadro 08: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião do Vale do Ipojuca

<b>MICRORREGIÃO DO VALE DO IPOJUCA</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Caibra	São Bento do Una
Caldeirãozinho	São Bento do Una
Jirau	São Bento do Una
Primavera	São Bento do Una
Serrote do Gado Brabo	São Bento do Una
Negros do Osso	Pesqueira
Guaribas	Bezerros
Fidelão	Capoeiras
Sítio Cascavel	Capoeiras
Sítio Imbé	Capoeiras

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Quadro 09: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião do Médio Capibaribe

<b>MICRORREGIÃO DO MÉDIO CAPIBARIBE</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Cacimbinha	Passira
Chão dos Negros	Passira
Conte	Salgadinho

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Quadro 10: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião de Garanhuns, com destaque para a comunidade objeto da pesquisa

<b>MICRORREGIÃO DE GARANHUNS</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Angico	Bom Conselho
Izabel	Bom Conselho
Macacos	Bom Conselho
Caluete	Garanhuns
<b>Castainho</b>	<b>Garanhuns</b>
Estiva	Garanhuns
Estrela	Garanhuns
Tigre	Garanhuns
Timbó	Garanhuns
Batinga	Brejão
Curiquinha dos Negros	Brejão

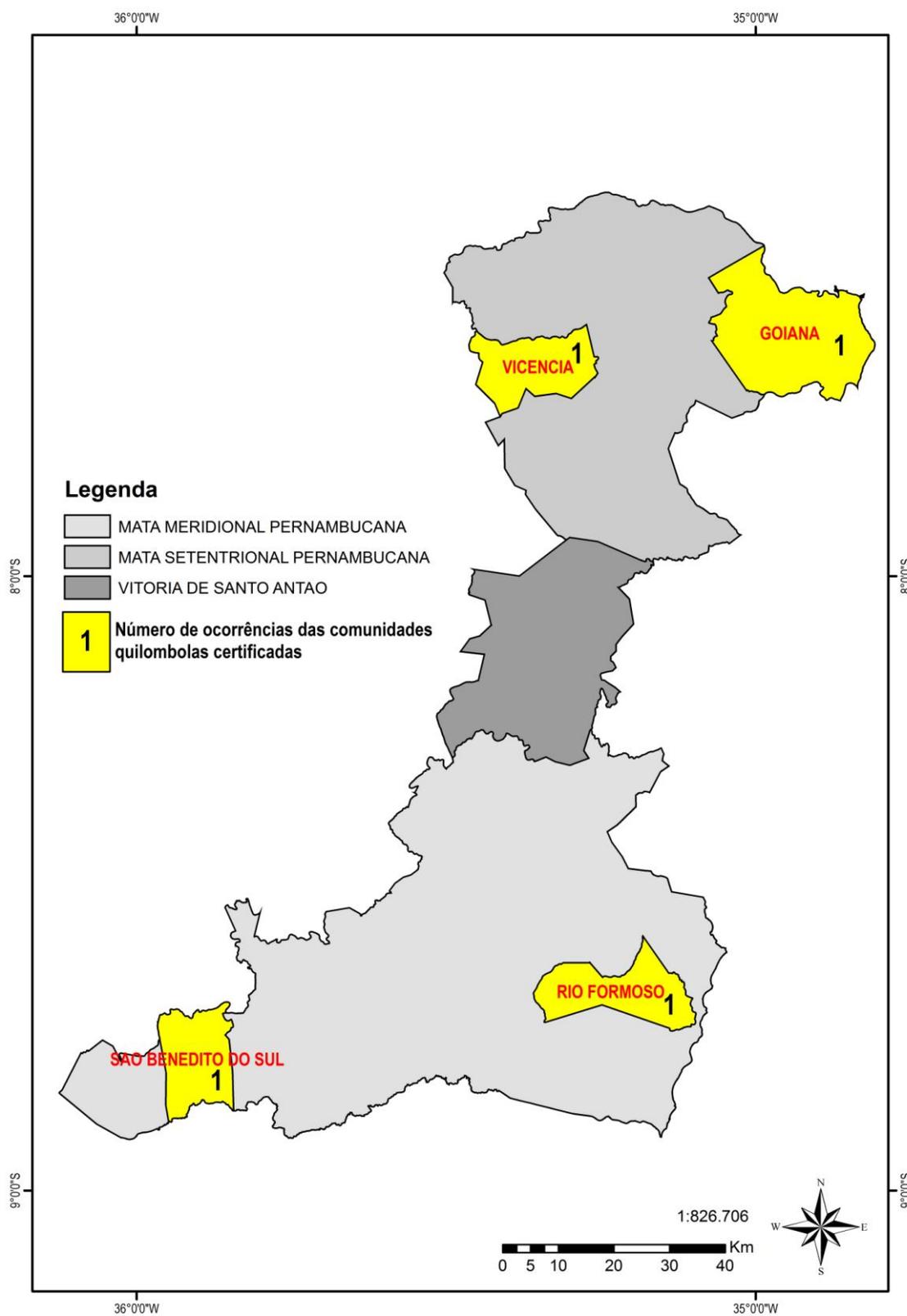
Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Quadro 11: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião do Brejo Pernambucano

<b>MICRORREGIÃO DO BREJO PERNAMBUCANO</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Vila de Pé da Serra dos Mendes	Agrestina
Furnas	Agrestina
Sambaquim	Cupira
Cavuco	Lagoa dos Gatos
Pau Ferrado	Lagoa dos Gatos
Riachão do Sambaquim	Panelas
Sítio Sambaquim	Panelas

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Mapa 07: Localização das Comunidades Remanescentes de Quilombos da Mesorregião da Mata Pernambucana nas suas respectivas microrregiões



Fonte: ZAPE – EMBRAPA, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2010

## Distribuição das Comunidades na Mesorregião da Mata Pernambucana

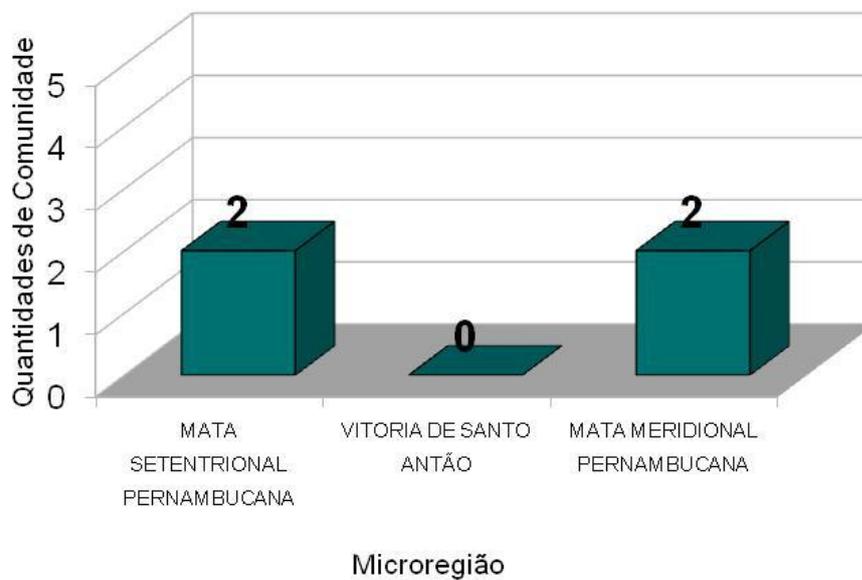


Gráfico 10: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião da Mata Pernambucana  
Fonte: Fundação Palmares/2009.

Quadro 12: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião da Mata Setentrional Pernambucana

<b>MICRORREGIÃO DA MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Povoação	Goiana
Trigueiros	Vicência

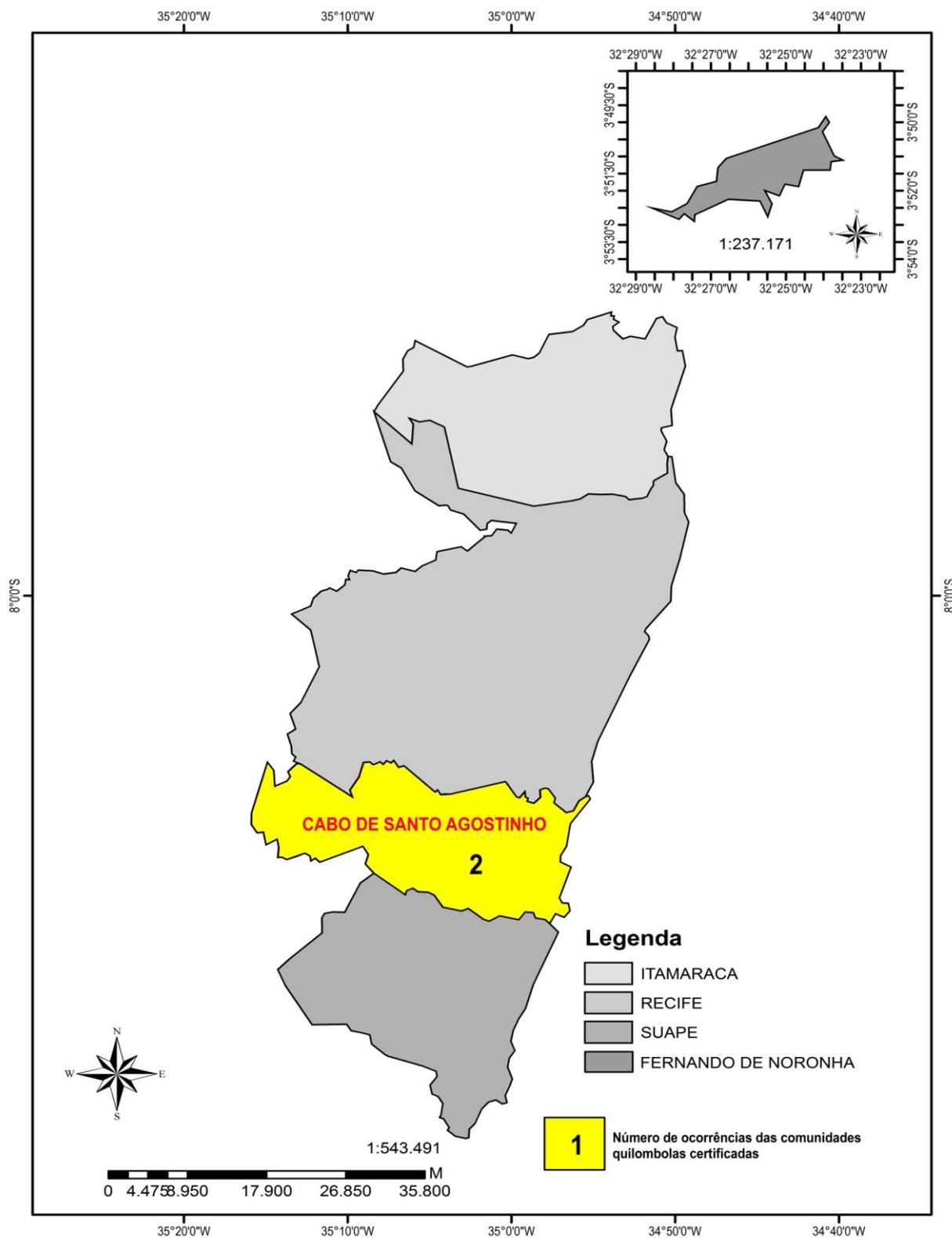
Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Quadro 13: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião da Mata Meridional Pernambucana

<b>MICRORREGIÃO DA MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Engenho Siqueira	Rio Formoso
Portão do Gelo	São Benedito

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Mapa 08 :Localização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião do Metropolitana do Recife nas suas respectivas microrregiões



Fonte: ZAPE – EMBRAPA, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2010

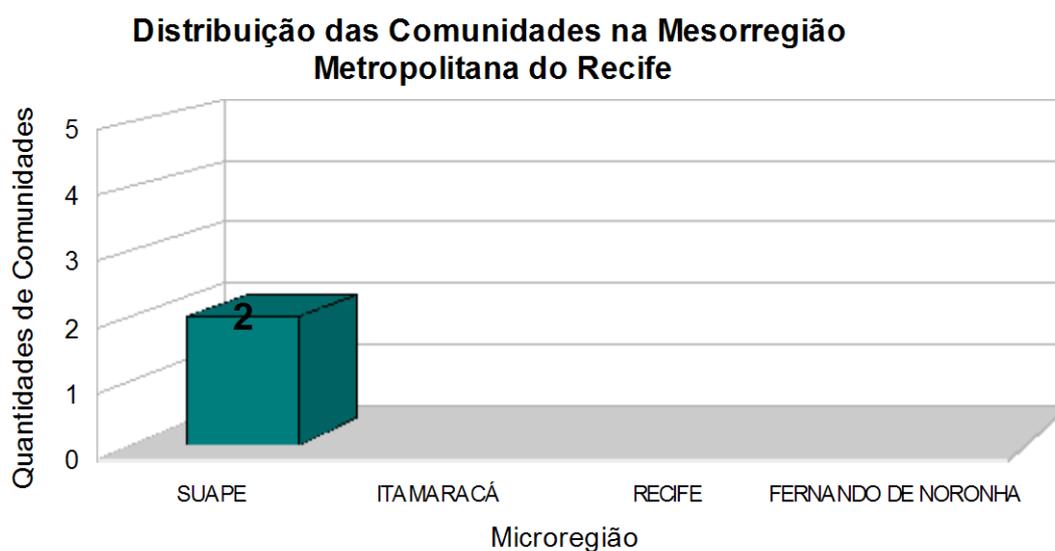


Gráfico 11: Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Mesorregião Metropolitana do Recife  
 Fonte: Fundação Palmares, 2009

Quadro 14: Distribuição das comunidades quilombolas na microrregião Metropolitana do Recife

<b>MESORREGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Municípios</b>
Engenho Trapiche	Cabo de Santo Agostinho
Onze Negras	Cabo de Santo Agostinho

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

### 2.3 QUILOMBOS NO NORDESTE BRASILEIRO

Uma explicação plausível acerca da concentração de negros na região Nordeste se fez em torno da cultura da cana de açúcar. A região sul do estado de Pernambuco e norte do estado de

Alagoas foi o grande palco da resistência dos negros aquilombados, a região do quilombo dos Palmares. Segundo o Laudo Antropológico (1997),

as primeiras informações escritas datam de 1597 e falam de quilombos numa região de serras e florestas entre o rio São Francisco e a altura do Cabo de Santo Agostinho. Ao longo de um século, de acordo com dados de Décio Freitas (Palmares, a guerra dos escravos, 1978), constituíram-se as povoações negras de Macaco (perto da atual União dos Palmares- AL), Amaro (perto de Sirinhaém- PE), Subupira, Osenga, Zumbi (perto de Porto Calvo- AL), Acotirene, Tabocas, Alto do Magano, Curiva (perto da atual Garanhuns - PE).

Andrade corrobora com esta ideia, quando afirma que:

O Quilombo dos Palmares, com uma série de redutos satélites, exerceu influência na segunda metade do século XVII, por áreas que se estendiam desde Atalaia, em Alagoas, até Garanhuns, em Pernambuco, compreendendo, assim, grandes porções da mata e do agreste. A sua destruição deu margem a que inúmeras sesmarias surgissem em áreas antes fora do domínio do governo português. (ANDRADE, 1996, p. 138-139).

A partir dessas observações e através das investigações de fontes referenciais, admite-se que a região de Garanhuns é indiscutivelmente um local de negros refugiados ou aquilombados. Somada a estas informações tem-se que, “a nascente do rio Mundaú, que chega até Maceió, está situada em uma das serras que circundam Garanhuns. Castainho era uma área que somente se atingia acompanhando o rio” (RTID, 1997).

E ressalte-se que o processo de povoamento da região de Garanhuns deu-se inicialmente no século XVII, durante o domínio holandês (1630- 1654), por gente branca e livre. Mas, ainda no mesmo documento, mais tarde, os núcleos de escravos pretos fugidos que ocupavam lugares esparsos, [...] ainda se distinguem os nomes no “Castanhinho”, na “Curica”, no “Quilombo” e no “Magano”, com a sua população negra disposta em “clãs”, nos quais a raça e os costumes se mantêm (*idem*).

Em outro momento, o mesmo autor vislumbra o fato de que organizações comunitárias negras se mantiveram em alguns pontos, isoladas e organizadas até quase os dias atuais, como ocorreu em Castainho, Garanhuns, dentro de padrões endogâmicos e tradicionais. Só recentemente é que o desenvolvimento dos transportes e a abertura de estradas atingiu essas áreas, desorganizando/reorganizando as comunidades, que são, em grande parte, dissolvidas pela presença de estranhos. (ANDRADE, 1995, p. 71)

Portanto, através da análise desses documentos, bem como da história oral oriunda do trabalho em campo, obtiveram-se indícios de como a comunidade reelaborou as informações que compõem e enfatizam a sua identidade como diferenciada.

As versões acerca da origem da Comunidade do Castainho são principalmente três e consideradas oficiais, de acordo com o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação). Algumas versões afirmam:

- a) [...] Que um grupo de negros e negras em fuga da guerra contra o Quilombo dos Palmares, através do rio Mundaú, chegaram e se fixaram nas matas onde hoje localiza-se o Castainho e o município de Garanhuns.[...]. Outro observa:
- b) [...] Que um jovem escravo, após a morte do seu senhor, herdou como forma de agradecimento pelos serviços a esse prestados, terras que o pertenciam; casou e gerou filhos dando origem à Comunidade de Castainho [...]. E ainda:
- c) [...] Há uma versão mais científica, que menciona a formação de núcleos de escravos pretos fugidos, que salpicavam os brejos em aldeamentos espessos que, em nossos dias, ainda se distinguem os nomes de Castainho na “Curica” no “Quilombo” e no “Magano”, com a sua população negra disposta em clãs, nos quais as raças e os costumes se mantêm [...]

A área na qual se encontra a comunidade de Castainho compreende o sítio Castainho e curiosamente é vizinha a outra Comunidade quilombola, Estivas, ou mesmo sítio Estivas. Um fato digno de nota é que a área se mostra de forma indissociável, uma vez que não é encontrado nenhum divisor, nem mesmo natural o que demonstra que a área parece ser uma só, embora por razões históricas e políticas o quilombo de Castainho tenha merecido maior atenção, havendo ainda a autoidentificação dos moradores locais como áreas distintas.

Outra característica em relação à comunidade remanescente de quilombos pode ser evidenciada, dentre as quais o fato de como estão distribuídas as construções, de forma esparsa no território, sem um modelo geométrico definido. Outra característica relevante é a localização dos sítios geográficos estarem ocupando regiões de topografia de difícil acesso. Neste estudo podemos relatar em relação a esta última característica que a comunidade em questão se diferencia, uma vez que a mesma é localizada na zona rural do município de Garanhuns apesar de estar muito próxima ao centro da cidade, cerca de 8 Km.

As casas possuem luz elétrica e não diferente do quadro apontado no laudo antropológico constatou-se que não há saneamento. Há também uma escola do Município de Ensino Fundamental sendo esta de fundamental importância, uma vez que até o 9º ano as crianças não precisam se deslocar para outros lugares já que a comunidade dispõe da educação necessária, embora de maneira precária.

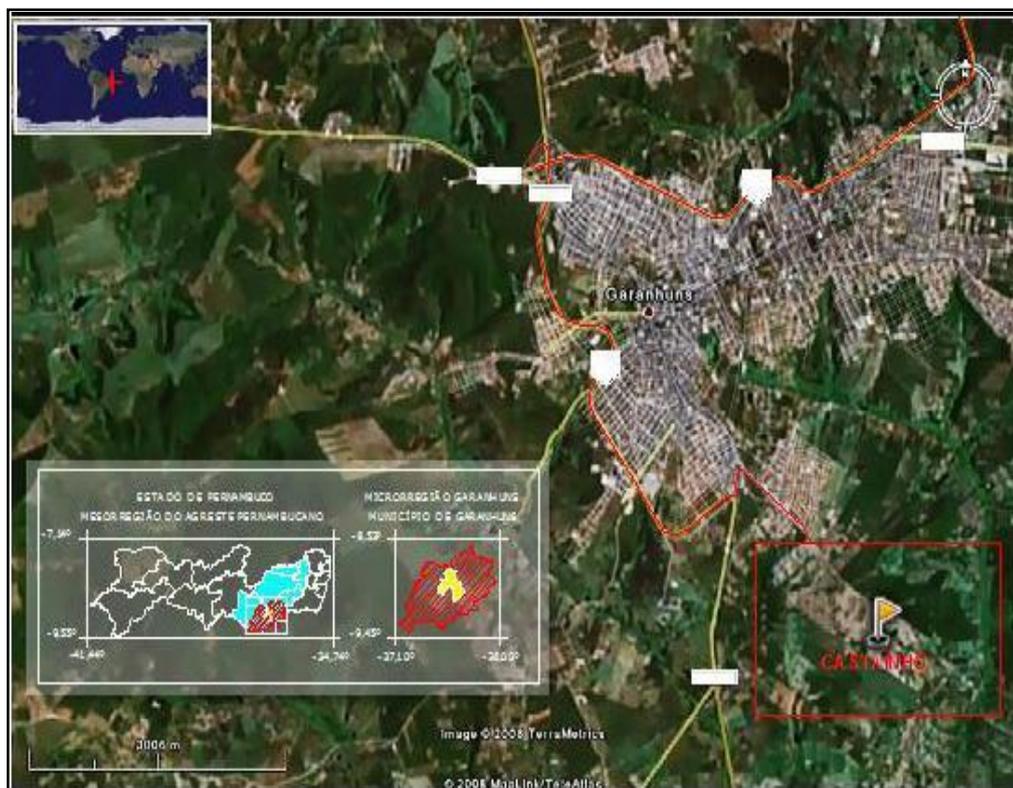
Esta seria uma estratégia de reforço da comunidade no tocante à consciência negra, uma vez que a comunidade oferece subsídios para que o quilombola permaneça no seu território. Outra estratégia se dá nas reuniões que acontecem na Associação Comunitária onde é possível o contato com os mais velhos. O assunto será aprofundado nas páginas a seguir.



### 3 TERRITORIALIDADES DO QUILOMBO DO CASTAINHO

A Comunidade Quilombola de Castainho está situada a aproximadamente 8 quilômetros do centro da cidade de Garanhuns no município homônimo (ver figura 02). Por estar próxima ao centro urbano, sendo este trajeto feito através de seis quilômetros de estrada pavimentada e dois quilômetros de estrada de barro, o perímetro encontra-se com a expansão da cidade de Garanhuns, explicando-se assim o fato de ser alvo da especulação imobiliária. Em seguida, a planta do quilombo do Castainho para entender melhor a dinâmica interna do grupo (Ver figura 03).

Figura 02: Localização da comunidade Castainho.



Fonte: Eng. Agrim. Pablo Catai – INCRA, 2008



É neste trecho de potencial fundiário de conflito que a comunidade desenvolve a base da sua economia, uma área que durante muito tempo ficou vulnerável à especulação. Neste local são encontrados o cultivo da mandioca, algumas fruteiras e ainda abriga o que é chamado de sagrado ou o “universo mitológico” da comunidade, como suas árvores ritualísticas.

É importante citar o fato de a comunidade ter em seu território as árvores que consideram sagradas e que fazem alusão às mesmas espécies encontradas na terra de seus ancestrais. Este ato de recuperação identitária corporifica-se no recente plantio do baobá e da gameleira, podendo ser interpretado como ação de reafirmar uma identidade africana (ver figura 04). O que caracteriza mais uma influência dos povos de outrora, reforçando assim seus traços identitários. Em entrevista cedida, os profissionais que atuam na escola da comunidade afirmam que existem dentro da comunidade alguns lugares que são considerados como “lugares de reconquista”. Talvez o plantio dessas árvores simbolize exatamente a reconquista enquanto afirmação da identidade quilombola o que os colocam como parcela diferenciada da população.

Figura 04: Gameleira



Fonte: Arquivo da autora, 2009.

A comunidade quilombola de Castainho tem consciência da mobilização em se constituir como uma parcela diferenciada da população e como base para esta afirmação luta pela necessidade de garantir as terras que sempre ocupou, sendo esta um componente indispensável para a sobrevivência do grupo bem como o suporte para que certas relações sejam estabelecidas com o seu entorno. Portanto, é importante esclarecer que se compreende como entorno a cidade de Garanhuns, municípios vizinhos e outras comunidades quilombolas, não só de Garanhuns, mas de todo o Estado de Pernambuco.

Lembrando que a relação da comunidade com outras áreas se dá não apenas por meio da sua territorialidade, mas a partir, também, do trabalho de algumas entidades que desenvolvem atividades acerca das comunidades negras do Estado de Pernambuco, a citar, o Centro Luiz

Freire, a Comissão da Pastoral da Terra. (CPT), dentre outras. O papel dessas instituições se dá uma vez que coordenam as atividades e realizam reuniões com as lideranças o que mostra grande importância, pois é através das reuniões que é possível traçar um perfil das comunidades e a partir disso trabalhar para que os problemas sejam sanados.

### 3.1 ORGANIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DO QUILOMBO: QUESTÕES ATUAIS

De acordo com depoimentos das pessoas mais velhas, os quilombolas foram estimulados recentemente no que se refere às relações de trabalho. Antes as relações de trabalho eram exclusivamente pela subsistência, atualmente, este tipo de relação foi substituída pelo estímulo do Governo Federal e das Agências de mediação para a produção de excedentes com a intenção de assim consumir produtos do mercado.

A principal atividade econômica de Castainho é o beneficiamento da mandioca com a produção de farinha, massa e goma que servem para o consumo próprio e o excedente é comercializado em três feiras da cidade de Garanhuns e nas feiras dos municípios circunvizinhos. O cultivo da mandioca se caracteriza como o predominante no quilombo do Castainho, no entanto os quilombolas também cultivam milho, feijão, café, hortaliças, além de contarem com muitas fruteiras em seus quintais com destaque para o caju que antes sombreava o café. A esse respeito, Ferreira (2008) diz que:

A agricultura familiar é a principal forma de sobrevivência tendo como característica a produção e a comercialização comunitária da mandioca e seus derivados, dos quais se destacam a farinha, a goma, o beiju e a massa. No período da safra de caju, novembro a fevereiro, a extração da castanha e comercialização *in natura* se constitui e significativo reforço para a economia da comunidade. (FERREIRA, 2008, p. 33)

Este modelo segue, de modo geral, as bases da produção rural familiar. Com muita propriedade Andrade (1998) relata que:

Também o pequeno proprietário se preocupa com o auto-abastecimento, procurando nas exíguas áreas de que dispõe plantar algumas “covas de roça”- macaxeira (aipim) e mandioca- um pouco de milho, sempre associado ao feijão e à fava.(ANDRADE, 1998, p. 153)

Isto se aplica de modo bastante coerente às características da comunidade em questão, uma vez que a produção familiar constituiu e ainda constitui em um dos pilares de sustentação dos quilombolas (embora atualmente se aplique muito mais à comercialização de excedentes), conforme foi possível apurar durante o trabalho de campo.

Algumas fontes documentais, a citar o próprio RTDI (1997), o qual relata este tipo de prática a respeito da resistência da comunidade, visto que já ganhava destaque quando o mesmo se referia ao fato de:

[...] Os negros do Castainho preservam as tradições culturais, os costumes e a experiência do trabalho coletivo dos antepassados. Com um código próprio de valores e a subsistência garantida pela fabricação comunitária da farinha de mandioca, os moradores conseguiram escapar do que consideram uma nova escravidão: o sistema produtivo dos grandes latifundiários que aluga barato a mão-de-obra rural da região.

A terra utilizada na agricultura é de uso coletivo e apropriada de maneira familiar. Segundo entrevistas com os quilombolas a área cultivada com a mandioca chega a sofríveis 100 ha, constituindo-se assim em um problema grave, uma vez que os quilombolas não têm terras suficientes para exercer as atividades recorrendo, às vezes, à compra da mandioca em outros lugares, pelo fato de não terem terras para o cultivo. Isso se dá pelo fato de o quilombo ter como área total 190 ha para 165 famílias, sendo menos de 2 ha por família, dividido para a moradia e para a agricultura.<sup>8</sup>

Além da problemática do tamanho da área para moradia e cultivo, o quilombo passou por

---

<sup>8</sup> Conforme entrevista realizada em 13/06/2008

diversos episódios referentes à especulação imobiliária, isto se dá já que a área de Castainho é bastante próxima à cidade, como já mencionado e esta prática é bem comum, conforme figura 05. Segundo a análise do laudo antropológico (1997) é possível notar através dos depoimentos contidos no mesmo que:

[...] A Imobiliária Luna, eles disseram que tinham comprado uma área aqui de Castainho de 40 hectares, e veio pra gente, pra gente tirar nossa plantação da roça. Deu prazo de três meses, como se a gente morasse lá há três meses. Aí eu falei pra eles, que antes deles chegarem aqui, a gente já morava aqui há muito tempo.[...] A área é muito visada pelos grandes latifundiários [...] é uma área muito boa para produzir, não é como no sertão que tem muita pedra. Toda essa área onde cavam poços tem água disponível pra gente.

Este tipo de situação ocorria de forma comum na década de 80, período este em que a comunidade encontrava-se com certa fragilidade jurídica. Só a partir desta época é que a comunidade se fortaleceu no tocante as informações acerca de todo o trâmite judicial foi quando tomaram conhecimento de documentos que envolvem a comunidade. Este fato ocorreu a partir de 1983, especificamente. Atualmente há uma maior compreensão acerca do estatuto legal da terra e que de certa forma facilita na tomada de decisões, já que é através da informação que o grupo se beneficia e busca as devidas medidas necessárias. Um exemplo curioso, senão trágico, é que o antigo cemitério da cidade, e assim considerado da comunidade pela sua proximidade, é hoje propriedade particular, estando o mesmo desativado, contando apenas com uma capela.

Figura 05: Especulação imobiliária na área limítrofe: Castainho X Garanhuns



Fonte: Arquivo da autora, 2009.

É importante salientar que uma característica da comunidade de Castainho, é o fato de não aceitarem de forma passiva a tudo o que lhes acontece. Esta característica se estende em todas as escalas, o que faz com que a referida comunidade se diferencie em relação às outras comunidades do entorno, notadamente de outras frações territoriais remanescentes de quilombo. Faz-se importante então criar certos mecanismos de defesa uma vez que sempre ocorrerá a tentativa de expropriação da terra que historicamente lhes pertence.

Como declarado em entrevista cedida, a liderança da Comunidade Quilombola de Sítio Estivas chama atenção ao fato, “[...] Nossa briga não é por terra e sim por território<sup>9</sup>”. E complementa e enfatiza a diferença entre terra e território, “[...]A terra é o lugar de moradia, onde você quer viver o resto da vida, o território é aquele que os ancestrais plantavam, pratica

<sup>9</sup>

Conforme entrevista realizada em 07/08/2009

a religião, onde construíam suas casas”<sup>10</sup>. Somando com o depoimento da liderança do quilombo do Tigre quando diz que, “[...] A gente precisa do território para ser livre”<sup>11</sup>.

Castainho já foi também um importante fabricante de tijolos e telhas na região, ajudando no fornecimento desse material para as edificações da cidade de Garanhuns. Segundo a história oral foi a partir desta prática que a cidade de Garanhuns começou a ser construída, deixando provado assim que a história do quilombo antecede a de Garanhuns e sublinhando a relação entre o quilombo e o seu entorno.

### 3.2 ELEMENTOS DA PAISAGEM QUILOMBOLA: PILARES DE FORTE CONTEÚDO SIMBÓLICO

Conforme relatado por Anjos (2006) constitui-se como imprescindível na identidade local a construção de uma edificação e que se estabeleça, nesta, a função comunitária. A citar, a este respeito, a casa de farinha, a associação de moradores, pois estes se apresentam como símbolos maiores do território quilombola. Estes elementos trazem consigo a ancestralidade da comunidade e representam mais que um local de reunião e sim um símbolo de luta e de resistência. A seguir pretende-se focar os principais elementos da paisagem quilombola de Castainho, uma vez que sempre que questionados sobre os símbolos da comunidade, os quilombolas já os apontavam como principais, sendo assim estes elementos de forte conteúdo simbólico.

#### 3.2.1 Antigo cemitério (Cruz das almas) e o Cruzeiro

Percorrendo seus limites e ainda sobre alguns componentes da paisagem quilombola, um fato

---

<sup>10</sup> Idem

<sup>11</sup> Idem

é digno de nota: o antigo cemitério da cidade de Garanhuns (ou como alguns chamam, o antigo cemitério do povo de Castainho) ficava à margem da estrada que dá acesso à cidade e atualmente se encontra neste local edificada uma pequena capela. Este corresponde a um dos símbolos mais expressivos da comunidade segundo membros de Castainho. É comum que as pessoas quando passem pela capela façam uma prece, pois o local é dito como sagrado e abriga alguns ex-votos, bem comuns aos locais de efervescência religiosa. (Ver figuras 06 e 07)

Figura 06: Capela do antigo cemitério



Figura 07: Interior da capela



Fonte: Arquivo da autora, 2009.

Analisando alguns depoimentos cedidos ao Projeto Comunidades Remanescentes de Quilombos do Centro Luiz Freire (1995) percebe-se a importância que este lugar sagrado tem para os quilombolas:

[...] Aquela pista na beira da rodagem, ali era um cemitério de primeiro. Meu pai morreu com 92 anos e não sabia quem fez aquela igreja lá. Essa casinha que tem aí na beira da estrada. O pai do meu pai, não sabia quem fez aquela

casinha ali. Até hoje tem flor por lá ainda. O dono arrancou o capim, arrancou o mato que tinha, encheu de capim, e *inté* hoje na varanda, encontra flor ainda. Os antigo aqui, tinha gente aqui no Castainho que fazia caixão para enterrar gente, e era ali que enterrava.

Mesmo passados 12 anos do depoimento acima é possível verificar que não houve mudanças em relação ao antigo cemitério, sendo considerado um lugar sagrado pelos quilombolas, apesar de se mostrar de forma abandonada, pois é perceptível a negligência que existe com relação ao assunto por parte das políticas públicas locais. Porém, pois mesmo com o histórico da área atualmente o terreno pertence a uma fazenda situada na área limítrofe com a comunidade, o que só reforça o fato de os quilombolas ainda preservarem a memória do lugar, que por lei não os pertence, mas que se mostra de maneira elementar na composição da sua paisagem.

Um outro elemento bastante citado pelos quilombolas como símbolo de luta e resistência é o cruzeiro (Ver figura 08). Embora não tenha documentação oficial em relação ao seu histórico enquanto elemento, o cruzeiro é considerado um marco; para chegar a esta conclusão foi levada em consideração a história oral. Para enfatizar a importância vejamos o depoimento de uma quilombola do Castainho:

[...]Lá teve uma espécie de batalha onde morreram muitas pessoas os corpos foram transportados por um caminhão onde muito sangue foi derramado. Foi briga de família por isso o porquê da cruz que é pra simbolizar todos os mortos . As pessoas que brigaram entre si eram da própria comunidade. Depois da batalha foi construída a igreja que antes era apenas uma capelinha por isso considero com um marco.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup>

Conforme entrevista cedida em 13/06/2009

Figura 08: Cruzeiro



Fonte: Arquivo da autora, 2009

### 3.2.1.1 Aspecto religioso

A existência da capela e do cemitério como lugares de forte conteúdo identitário nos colocam diante da religiosidade quilombola. Monteiro (1985) reforça a presença de elementos religiosos negros bastante diversificados e os classifica através de um quadro religioso:

- a) Catolicismo popular;
- b) Cerimônias e rituais católicos;
- c) Culto da “senzala”

Sobre este aspecto da religião pode-se identificar o catolicismo como religião predominante. Normalmente ao serem questionados sobre os aspectos da religião afro os quilombolas respondem de maneira muito sutil alegando desconhecer essas práticas. Tal comportamento pode evocar a repressão religiosa a que foram submetidos no passado, ou ainda a força do sincretismo.

A prática da religião afro foi controlada pela formação do estereótipo negativo, na forma de crítica verbal ou de atitude de distanciamento que passam a ter em relação aos frequentadores assíduos, os quais são taxados de “feiticeiros” (MONTEIRO, *op. Cit.*). Nos trabalhos de campo nenhum quilombola se mostrou aderente às práticas da religião de origem negra; quando questionados sobre tal assunto referiam-se a uma senhora que não mora mais na comunidade e que atualmente ainda pratica alguns rituais. Ao saber desse fato foi feita uma busca, mas a equipe envolvida não conseguiu encontrar a tal senhora.

Este elemento religioso afro “perdido” faz com que o senso comum aponte esta como uma estratégia adotada pela comunidade, devido à ajuda da igreja na construção da capela. Acredita-se também em uma forma de estratégia de certa resistência de elementos religiosos de origem negra, uma vez que a comunidade ainda mantém a chamada “Festa da Mãe Preta”- detalhada em outro momento- e ainda conta com a possível realização da “Festa para a escolha do Preto Velho”, mas que ainda é algo incerto. Portanto, é perceptível enquadrar Castainho na primeira e na última classificação de Monteiro, onde a autora identifica o culto na “senzala”, onde “ao lado de práticas e ritos católicos, estão misturadas invocações dos negros velhos e dos caboclos”, embora de maneira bastante velada, tendendo ao catolicismo popular dominante no Nordeste. A existência das árvores ritualísticas apenas reforça esta

hipótese.

Os quilombolas do Castainho comemoram o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi (1695), e o 13 de maio, quando se proclamou a libertação através da Lei Áurea. As duas datas são comemoradas, no entanto, nem todos sabem o que significam. “O dia 20 de novembro é o dia dos negros e o dia 13 é a festa da Mãe Preta. O povo gosta mais do 13 de maio”<sup>13</sup>.

Portanto são muito comuns os elementos do catolicismo no cotidiano quilombola de Castainho, práticas, cerimônias e rituais católicos são realizados sob a orientação de um sacerdote, segundo o RTDI: “Sobre a presença da igreja católica antes de 1982, quando a Pastoral da Terra passa a acompanhar a comunidade de maneira mais sistemática”. Observa-se a igreja católica como um elemento “domesticador” do território quilombola, mesmo que ao lado de práticas “libertadoras”.

Atualmente o protestantismo também faz parte do quadro religioso diversificado de Castainho; observa-se uma igreja protestante nas dependências da comunidade. Em entrevista com alguns membros da comunidade observou-se o fato de justificativa da instalação deste templo na mesma. Eles alegam que os protestantes construíram uma creche e alguns benefícios foram trazidos com a instalação da mesma. Ainda em entrevistas, desta vez com a população envolvente (cidadinos), muitos se referem aos “negros do Castainho”, onde realizam trabalhos de evangelização, evidenciando mais uma vez a complexidade das disputas identitárias contemporâneas<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Conforme entrevista realizada em 06/08/2009

<sup>14</sup> Conforme entrevista realizada em 07/08/2009

### 3.2.2 Casas de farinha e os roçados de mandioca

A casa de farinha comunitária constitui-se como o principal símbolo da paisagem quilombola da comunidade de Castainho; sempre que questionados acerca de elementos simbólicos os quilombolas a citavam como o primeiro exemplo, como o principal símbolo da comunidade. Castainho possui três casas de farinha, sendo duas delas bastante rudimentares e uma “moderna”, construída recentemente com subsídios federais.

Nas casas de farinha é que se fabricam os produtos que reputam a excelente qualidade bastante conhecida no entorno, podendo-se considerar assim que é através delas que se estabelecem as principais relações comerciais não só com a cidade de Garanhuns, mas também com municípios vizinhos. É indiscutível dizer que a comunidade estabelece a sua territorialidade peculiar, através do uso do solo associado ao beneficiamento da mandioca, a qual é processada na casa de farinha. Corroborando com este pensamento,

A casa de farinha, onde a mandioca é processada, permanece viva nos quilombos, sendo o símbolo de um caminhar junto, o exemplo de que tanto o dia-a-dia quanto o futuro da comunidade sempre se basearão na sobrevivência desse espaço. (ANJOS, 2006, p. 69)

Este espaço comunitário na comunidade de Castainho (e nas demais comunidades quilombolas) assume um papel importante não só no que se refere à economia, à base de sustentação da comunidade, mas sim como um espaço de tradição, de encontro e reafirmação dos laços comuns, tal como era evidenciado nas aldeias africanas (ANJOS, *op. Cit.*). Sendo este um espaço de tradição, encontrou aqui nas terras brasileiras semelhanças com a cultura indígena da mandioca. Ainda, segundo o mesmo autor, [...]o próprio nome da planta já indica sua morada: mani-oca, casa de mani, o deus criador dessa raiz sobre a qual assentava boa parte do cotidiano indígena.

Em relato com os moradores de Castainho eles evidenciaram que o povo indígena teve uma participação no início da comunidade, [...] quando a gente chegou aqui, já tinha índios.<sup>15</sup> Somando às referências da memória oral de Castainho, é notório relatar o fato de ser a mandioca uma importante representação da base da alimentação dos escravos, a qual desde a colonização tinha nesta cultura a base de sustentação da alimentação dos escravos e dos agregados. A mandioca pode ser considerada a maior contribuição indígena à diáspora africana. (ANJOS, *op.cit.*)

A maneira de cultivar a mandioca é um pouco diferente em relação às comunidades quilombolas, pois em entrevista com a liderança de Castainho, ele afirma que [...] tem quilombo que planta diferente, tem roças diferentes, em Castainho faz-se “covas” (Ver figura 09). Em outros lugares plantam num “corredor” (sulcos).

Figura 09: Roçado de mandioca



Fonte: Arquivo da autora, 2009

<sup>15</sup>

Conforme entrevista realizada em 31/03/2008

Ainda em relação à casa de farinha, uma instituição brasileira (ANJOS, *op. Cit.*), é importante frisar que sem dúvidas é o maior símbolo da comunidade quilombola na contemporaneidade, uma vez que a identidade é marcada nestes espaços como partes de um passado africano. Em todos os trabalhos de campo realizados em Castainho, ao serem perguntados pelo principal símbolo da comunidade, a casa de farinha foi citada de forma unânime.

Os quilombolas dizem que ela é o principal local de encontro, onde há uma maior aplicabilidade das atividades coletivas, ou seja, o que dá a ideia de grupo, de comunidade. É através da funcionalidade da casa de farinha que se tem outra marca da comunidade de Castainho, a festa do beiju. Festa esta que tem aproximadamente duzentos anos e, que é realizada todas as sextas-feiras. Nesta “festa” é onde se prepara toda a base, e, conseqüentemente, todos os produtos que serão comercializados nas feiras de Garanhuns e nos municípios vizinhos, eis a principal fonte e a melhor propaganda da comunidade no que se refere aos “de fora”.

Na produção da farinha, as relações familiares ocorrem desde o plantio, passando pela colheita da mandioca e o processo de fabricação nas casas ou cozinhas de farinha. Principalmente no momento de produzir a farinha, todo o trabalho é familiar desde o processo de ralar a mandioca, prensar, tirar a goma- que será utilizada na produção do beiju e cozinhar a massa. (FERREIRA, 2006, p. 72 e observação direta em campo).

Do beneficiamento da mandioca o principal produto é a farinha, embora os outros produtos exerçam força na economia do quilombo, a citar, a massa de puba e a goma de tapioca, além do “famoso” beiju. Esses produtos são comercializados em Garanhuns, nos municípios vizinhos, na CEAGA (Centro de Abastecimento de Garanhuns) e na feira do bairro da Boa

Vista, reputando excelente qualidade. (Ver figura 10)

Figura 10: Feira do bairro da Boa Vista



Fonte: Arquivo da autora, 2009.

Em visita à comunidade de Castainho (agosto/2009), o Ministro da Igualdade Racial, Edson Santos foi acompanhar a execução das ações do Governo Federal, mais precisamente a execução do Programa Brasil Quilombola na Comunidade Quilombola. O ministro alegou que [...] “a comunidade precisa de ajuda para preparar a comercialização dos produtos da casa de farinha, e que com isso eles vão agregar mais valor ao que produzem.”<sup>16</sup>

É importante analisar esta relação estabelecida com o mercado, “embora não produza exclusivamente para o mercado” (FERREIRA, 2006, p. 80), onde há certa dependência com o mesmo em maior ou menor escala. Esta relação remete às características históricas do

---

<sup>16</sup> Conforme entrevista cedida pelo Ministro da Igualdade Racial na ocasião da visita à comunidade em 06/08/2009

campesinato : lugar das trocas entre o excedente produzido e outros produtos considerados necessários a sua reprodução social **e que sempre esteve presente** “[...] A vinculação ao mercado apresenta variadas formas e nuances, e não deve ser simplificada como processo de transformação do camponês em capitalista. (Idem).”

É culminante porque mostra que o fato de a comunidade está vinculada ao mercado não significa que haja a transformação do camponês em capitalista, ou seja, não existe uma negação à campesinidade, portanto, não seria uma negação da sua origem e sim uma forma de se afirmar como camponês. Mostra-se como uma alternativa de sustentação bem como de autonomia por parte dos quilombolas, configurando assim, a “construção de uma nova realidade social do campo.” (FERREIRA, 2006, p.80)

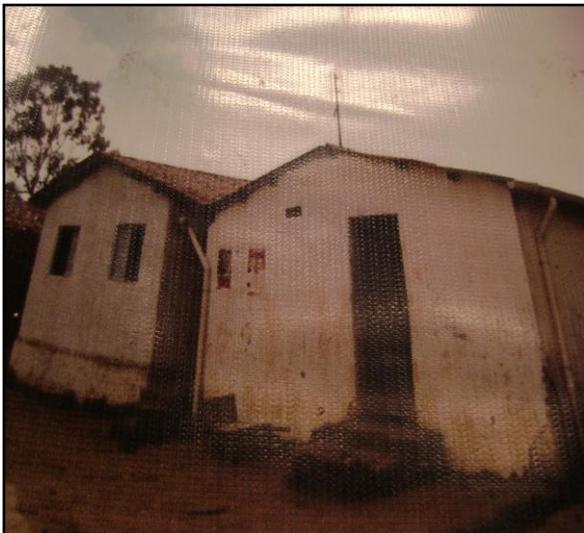
### 3.2.2.1 Problemas em relação à casa de farinha: “Personalismo” X Comunitarismo

Um dos pontos que surgiram nos trabalhos de campo é que está ocorrendo uma “personalização” da casa de farinha comum a todos. Alguns quilombolas questionam e alegam que ela está sendo considerada como a “agroindústria do líder”, o que acarreta em um enorme problema. Como visto anteriormente a casa de farinha é um dos principais elementos que compõem o cenário quilombola, sendo assim, um dos principais motivos de preocupação da comunidade de Castainho, bem como um dos elementos representantes do quilombo na contemporaneidade.

Questiona-se também que quando a casa de farinha “moderna” foi construída, quando houve fato marcado pela ocorrência dos investimentos externos, da esfera federal, não houve uma preocupação com a realidade da comunidade. A diferença entre a estrutura da antiga casa de

farinha e da atual pode ser observada nas figuras 11 e 12.

Figura 11: Casa de farinha antes da reforma



Fonte: Arquivo do quilombo de Castainho, 2003.

Figura 12: Casa de farinha atual



Fonte: Arquivo da autora, 2009.

A construção da casa acabou não trazendo o benefício conjunto e sim pontual. De acordo com as entrevistas realizadas os problemas que surgiram estão relacionados com :

**CUSTO INDUSTRIAL+ RELAÇÕES PESSOAIS+ POSSÍVEL MUDANÇA CULTURAL**

O custo industrial significa que aumentaram substantivamente os gastos com o processamento uma vez que para a manutenção das máquinas, bem como o uso da energia elétrica inviabilizam a utilização da casa para alguns quilombolas que não veem relação harmoniosa de custo-benefício. Utilizar esta casa passou a ser algo superior às condições financeiras de alguns habitantes de Castainho que se vêem pressionados a procurarem as outras casas de

farinha da comunidade e recorrendo também à casa de farinha da Comunidade do Sítio Estivas, alegando não terem condições financeiras para o uso da casa de Castainho. (Ver figura 13)

Figura 13: Casa de farinha da Comunidade do Sítio Estivas



Fonte: Arquivo da autora, 2009.

Este é um fato digno de destaque, pois é bastante preocupante o deslocamento dos quilombolas de sua comunidade para utilizar o aparato da comunidade vizinha. Talvez por causa de certas relações pessoais algumas mudanças culturais já estejam sendo percebidas, como dito em entrevista , [...] acabou a solidariedade após a nova casa, porque o preço é alto.<sup>17</sup>

Além deste agravante do deslocamento dos quilombolas para outras comunidades, há também a falta de terras que acaba impossibilitando os quilombolas terem a quantidade de mandioca suficiente para se autobeneficiar. Ocorre que muitas vezes eles são obrigados a recorrerem aos

<sup>17</sup>

Conforme entrevista realizada em 06/08/2009

municípios circundantes de Garanhuns para comprar mandioca, o que acabou se tornando uma prática comum.

Por outro lado, as melhorias de produtividade poderiam tornar o quilombo mais estável economicamente, porém a funcionalidade dos novos equipamentos está em descompasso com as atitudes e condições materiais do conjunto dos habitantes, como se pôde apurar até o presente.



*Mestre Zé Carlos*

#### **4 RELAÇÕES ENTRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASTAINHO E O SEU ENTORNO**

A proximidade com o meio urbano, bem como a necessidade de se adequar aos modernos moldes da sociedade envolvente, em muito contribuíram para a anulação ou inibição de certas práticas quilombolas em Castainho. Convencionalmente admite-se que esta modernização trouxe certa qualidade de vida à população quilombola, embora alguns destes aparatos não estejam adequados à realidade da comunidade, como relatado no caso dos novos equipamentos de industrialização da mandioca.

Embora sejam consideradas como melhor representação na estrutura de um quilombo no Estado de Pernambuco, dados obtidos através de noticiários do Diário de Pernambuco, Conceição das Crioulas e Castainho são assim consideradas pela existência de terras comuns e do trabalho coletivo. Castainho assume certa particularidade em relação à comunidade de Conceição das Crioulas devido a sua proximidade com o meio urbano.

Esta ameaça que pesa sobre a comunidade remanescente de antigos quilombos é que embora esteja na “vantagem” da proximidade com o meio urbano e com as benfeitorias da vida na cidade, Castainho acaba se tornando uma preocupação permanente por possuir um alto valor comercial, tanto pela reputação de área boa para agropecuária, quanto possível zona de expansão de loteamentos.

A comunidade de Castainho, assim como outras comunidades tradicionais, é englobada numa sociedade mais ampla, onde a cidade exerce um papel muito importante. É verdade que o distanciamento relativo entre os dois extremos ainda é enorme, e há deficiências a respeito da

intercomunicação entre as duas subculturas. É essencial ressaltar que não existe rigidez, nem falta de “mobilidade” entre os quilombolas, pois embora dependam fundamentalmente do cultivo da terra, eles também exercem outras atividades fora da comunidade. E esse fato procede, portanto, pela necessidade que a comunidade de Castainho apresenta a fim de obter dinheiro para as suas compras na cidade, além do desejo dos jovens em se integrar plenamente como cidadãos brasileiros.

Essa “saída” dos quilombolas da comunidade se dá uma vez que o território não oferece terra suficiente para que as famílias exerçam suas funções, fazendo com que os quilombolas busquem outras alternativas como: a compra de mandioca de outros territórios (não necessariamente quilombolas), a busca de diversos tipos de trabalho, etc. Esse fato ocorre porque, como já ressaltado, o território do quilombo do Castainho é de aproximadamente 190 ha para 165 famílias, ou seja, pouco mais de 1 ha por família, tanto para as práticas agrícolas, como para moradia.

Isso acontece, outras vezes, pela falta de identificação dos quilombolas com as atividades tradicionais. Até mesmo os que as praticam encontram a dificuldade de se adaptar a certas atividades, como por exemplo, a casa de farinha, que é uma das principais fontes de renda da comunidade, e nem todos trabalham nela. Lembrando que a casa de farinha é o símbolo da luta e da produção coletiva, fundamental na preservação do grupo. Na comunidade de Castainho apenas 30 famílias trabalham no beneficiamento da mandioca, e nesta atividade o papel da mulher é fundamental.

Algumas famílias trabalham com a roça (cerca de 50 famílias) e/ou exercem outras atividades em propriedades privadas ou mesmo na cidade de Garanhuns predominantemente em

atividades do setor terciário. Em conversa com o líder da Comunidade de Castainho, Sr. José Carlos, este assinala a importância da conscientização principalmente dos jovens da comunidade, em relação a sua permanência na mesma, onde a questão cultural é o enfoque principal das reuniões realizadas na comunidade. É válido ressaltar que esta atitude não significa que sendo Castainho um quilombo contemporâneo não fique restrito somente ao seu território e sim que os quilombolas trabalhem esta permanência como uma opção.

É importante destacar o papel das relações entre a comunidade e a cidade, da qual, em grande parte, depende para sua reprodução social, política, econômica e até cultural. Isto pode mascarar ou descaracterizar alguns costumes tradicionais, mas é uma necessidade incontornável nos dias de hoje. Acentua a dependência o fato de que a comunidade está muito próxima da periferia da cidade, muitos conflitos são gerados, principalmente em relação à terra. Averiguando e analisando estas características foi elaborado o quadro a seguir onde ficam evidenciados os elementos de abertura e reclusão da comunidade em relação ao entorno. (Ver quadro 15)

Quadro 15: Elementos de abertura e reclusão da comunidade

<b>ELEMENTOS DE ABERTURA DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO A SOCIEDADE ENVOLVENTE</b>	<b>ELEMENTOS DE RECLUSÃO DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO A SOCIEDADE</b>
Acesso livre e sem placas de advertência ou porteiros	Estrada mal conservada
Integração ao Festival de Inverno de Garanhuns	Falta de relação com o quilombo em outras datas
Venda dos produtos de mandioca na cidade de Garanhuns e em municípios	Modos específicos de cultivar a mandioca e dividir a terra

Fonte: Pesquisa direta em 06/08/2009

#### 4.1 CASTAINHO X ESTIVAS: QUILOMBO, QUILOMBOS.

Em um momento do trabalho de campo e em posse das plantas elaboradas pelo Projeto Infraestrutura Geoespacial Nacional (PIGN), onde encontra-se a estrutura fundiária de Castainho, pode-se observar a questão dos limites propostos e esclarecer a inserção ou não do vizinho Sítio Estivas como comunidade quilombola. Analisando o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - 1997) pode-se constatar que:

[...]As informações obtidas indicam que **os dois sítios têm a mesma origem, porém, em momentos históricos diferenciados, se organizaram de maneiras distintas.**[...] Percebemos que entre as comunidades há uma relação de parentesco.(Grifo nosso)

Em pesquisa nas comunidades pode-se dizer que muito foi acrescido desde a elaboração do RTDI, uma vez que as duas comunidades não são mais atendidas pela mesma associação e que agora não são consideradas como um único bloco pelos agentes de saúde daquela área.

Aparentemente não há uma definição clara no que se refere aos limites territoriais entre as duas comunidades, conforme demonstrado nas figuras 14 e 15. Apesar de estar documentada esta limitação, ainda o RTDI chama atenção que: “[...] É importante ressaltar que apesar da divisão daquelas terras em lotes, seus ocupantes interagem no dia a dia através das relações pessoais, de parentesco e compadrio ou de trabalho e produção.”

Figura 14: Limites territoriais da comunidade de Castainho, com destaque à área limítrofe entre Castainho e Estivas



Fonte: Eng. Agrim. Pablo Catai, 2008

Figura 15 : Destaque limite territorial entre as comunidades de Castainho e Sítio Estivas



Fonte: Arquivo da autora, 2009.

Mesmo passados treze anos da elaboração e divulgação dos dados que provam a ligação entre os dois quilombos, comprova-se que a situação atualmente não é diferente. Através dos trabalhos de campos foi possível comprovar que as comunidades são bastante interligadas, destacando-se as relações de parentesco e enfatizando as relações de produção. Isso é comprovado uma vez que com a modernização da casa de farinha da Comunidade de Castainho, alguns quilombolas estão recorrendo à casa de farinha do Sítio Estivas alegando que há uma facilidade maior em relação ao custo-benefício. Essa utilização da casa de farinha é possível no Sítio Estivas já que neste quilombo a casa é bastante tradicional, sem aparatos modernos, contemplando assim a população quilombola dos dois quilombos, em sua maioria.

#### 4.2 O QUILOMBO NO IMAGINÁRIO DA CIDADE: HARMONIAS E ANTAGONISMOS

A metodologia utilizada para analisar este item foi a aplicação de questionários e entrevistas abertas semi-estruturadas com moradores de pontos estratégicos da cidade de Garanhuns. Os locais escolhidos foram: o centro da cidade (um dos principais pontos turísticos, bem como um dos pontos mais frequentados pelos cidadãos), o bairro de Heliópolis, o bairro da Boa Vista (local de uma das feiras mais tradicionais da cidade e onde os quilombolas comercializam seus produtos) e o bairro da COHAB II (principal via de acesso à Comunidade Quilombola de Castainho). Dentre os pontos analisados o que mais se destaca é o de como acontecem as relações dos quilombolas com os cidadãos, reforçando assim qual seria a imagem do quilombo a partir da cidade.

Para começar a análise foi preciso acompanhar a trajetória desde o preparo dos produtos de mandioca até a venda, verificando a aceitação dos mesmos na cidade, uma vez que é na feira que é estabelecida uma das mais importantes relações entre o quilombo e a cidade, já que esta ligação é feita de forma semanal.

Nos questionários realizados no bairro da Boa Vista, um dos entrevistados diz que: “Lá é um bairro que não é quilombo não”<sup>18</sup>. Afirmando o que um líder de outra comunidade quilombola coloca: “As pessoas não vêem o quilombo como quilombo”<sup>19</sup>. Este tipo de resposta tornou-se comum nos trabalhos de campo que seguiram e com o somatório dos entrevistados, pode-se afirmar que este problema não é atual, corroborando com o documento formulado há 13 anos:

[...] Depoimentos dessa natureza são bem representativos de como Castainho foi sempre percebida pela sociedade envolvente como um espaço realmente destacado, diferenciado da sua realidade e que, apesar de interagir em certos níveis com a sociedade envolvente, mantinha e é mantida à distância. (RTID)

---

<sup>18</sup> Conforme entrevista realizada em 23/10/2009

<sup>19</sup> Idem

A falta de conhecimento da importância da comunidade para o próprio município de Garanhuns não é exclusiva dos moradores da cidade, ela também se faz presente no Poder Público local, quando procurado para prestar assistência à pesquisa um entrevistado funcionário da Prefeitura mostrou total desconhecimento em relação à existência de quilombos em Garanhuns: “ Que eu me lembre tem o de Castainho, talvez ainda tem gente que vive lá”.<sup>20</sup>

Outro fato digno de nota é a questão da escala, durante a execução da pesquisa foi notório observar que a comunidade de Castainho é conhecida no âmbito nacional e internacional. Em visita à Fundação Palmares/Ministério da Cultura na busca de informações mais gerais acerca das comunidades quilombolas do país os funcionários da Fundação logo reconheceram a comunidade como: “A comunidade titulada de Pernambuco”. O mesmo aconteceu na visita ao CIGA (Centro de Cartografia Aplicada e Informação /UnB), onde neste laboratório foram disponibilizadas várias informações.

No âmbito internacional destaca-se o interesse e as pesquisas realizadas pelo Departamento de Geodésia e Engenharia Geomática da Universidade de New Brunswick – UNB/ Canadá que promove ações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Infraestrutura Geoespacial Nacional (PIGN) estabelecendo assim um convênio entre os governos brasileiro e canadense. Destacando também a participação do Departamento de Engenharia Cartográfica da UFPE.

Portanto fica comprovado que a escala é algo de suma importância, pois é através dela que observamos a negligência com que o assunto quilombo é tratado, isto é provado uma vez que

---

<sup>20</sup> Conforme entrevista realizada em 06/08/2009

uma universidade de outro país se disponibiliza a estudá-lo enquanto a população localizada a oito quilômetros sequer o conhece. Dando continuidade às pesquisas de campo, essa questão aparece novamente em pauta, quando se pergunta se o entrevistado sabia sobre a existência de algum quilombo em Garanhuns e surpreendentemente alguns respondiam coisas do tipo:

[...] Castainho! Todo mundo conhece!

- Você conhece algo produzido por eles?
- Não, eles fazem alguma coisa?<sup>21</sup>

Ficando assim comprovado que Castainho não é visto como quilombo e sim como um bairro da periferia de Garanhuns de maioria negra. Ainda com a mesma pergunta outro entrevistado responde: “Existe, uma bem pequena, Castanhinha, tem apenas 10 casas, tinha umas 11 mas agora só tem 10”<sup>22</sup>. Lembrando que a comunidade tem aproximadamente 865 pessoas divididas em 165 famílias ocupando uma área de 190ha.<sup>23</sup>

Fica evidenciado que a população citadina desconhece ou até mesmo ignora a existência de quilombos no município, sendo assim atrelam ao quilombo do Castainho características de um bairro rural, mas desconhecem a sua história e importância para Garanhuns. Quando os citadinos eram perguntados se eles conheciam o Castainho os depoimentos seguiam quase uma mesma linha de raciocínio: “Uma vilinha fracassada que vai como Deus quer”<sup>24</sup>, ou até mesmo quando se perguntava o que o entrevistado entende por comunidade quilombola, “É uma comunidade excluída, desclassificada”<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> Conforme questionário realizado em 23/10/2009

<sup>22</sup> Idem

<sup>23</sup> Idem

<sup>24</sup> Idem

<sup>25</sup> Conforme questionário realizado em 07/08/2009

Como se não bastasse conviver com esta questão do desconhecimento, os quilombolas ainda enfrentam o preconceito por parte de algumas pessoas da cidade, o qual ficou comprovado de forma sutil na realização dos questionários, a citar alguns depoimentos:

[...] Essa é uma turminha de preto, mas de preto só tem a pele, é tudo gente boa<sup>26</sup>.

Ou até mesmo,

[...] É uma vila honesta. É moreninho, mas é tudo honesto.<sup>27</sup>

As declarações se faziam presentes em todas as realizações dos trabalhos de campo nos quatro bairros escolhidos. Posteriormente quando questionados sobre como o quilombo é visto pela cidade ou se a cidade “aceita” o quilombo, os mesmos entrevistados classificavam a “aceitação” como normal, que não vê problema nenhum, outros reconheciam o preconceito e outros ainda afirmavam que [...]Tem gente que não sabe nem o que é.<sup>28</sup>

Porém surgiam também algumas oposições nos depoimentos que eram cedidos pelas pessoas que conhecem a comunidade, [...]Castainho possui grande força política frente às outras comunidades<sup>29</sup>, mostrando assim que a comunidade remanescente de quilombos é conhecida também por ser mais ativa que as demais.

Em um outro questionamento perguntava-se qual é a imagem que o quilombo passa e alguns entrevistados afirmavam que [...] a comunidade passa um pouco da história <sup>30</sup>, outros respondiam acerca da resistência, pelo fato de lutarem pelo que almejam. Contudo, o que foi

---

<sup>26</sup> Idem

<sup>27</sup> Conforme questionário realizado em 22/09/2009

<sup>28</sup> Conforme entrevista cedida em 07/08/2009

<sup>29</sup> Idem

<sup>30</sup> Idem

possível perceber é que a maioria dos entrevistados classificaram o quilombo como um “local esquecido”.

Um fato curioso é que a comunidade é inserida no calendário cultural da cidade e que esta inserção objetiva uma melhor integração entre a população, mas um questionamento é feito: até que ponto esta inserção beneficia de fato a comunidade, uma vez que sua origem e sua importância são desconhecidas da população do município?

#### 4.3 INSERÇÃO DA COMUNIDADE DE CASTAINHO NO CALENDÁRIO CULTURAL DA CIDADE DE GARANHUNS

Como dito, também a referida comunidade está inserida na agenda cultural da cidade sobretudo nos festejos turísticos como o Festival de Inverno de Garanhuns, onde os participantes têm a comunidade como opção de atividades culturais no mês de julho. Além dos shows com artistas nacionais que acontecem nas praças e parques da cidade, o visitante pode desfrutar dos “atrativos quilombolas” como as oficinas culturais gratuitas de dança e percussão, realizados em terreno próximo à casa de farinha. (Ver figura 16)

Figura 16: Estrutura das oficinas do Festival de Inverno de Garanhuns



Fonte; Arquivo da autora, 2009.

A Comunidade de Castainho ainda preserva danças típicas de negros, como estilos específicos de samba e a dança do coco. Outra marca forte da construção identitária baseada na descendência de escravos são as duas principais datas comemoradas: o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra e 13 de maio, Libertação dos escravos, sendo esta a mais querida por todos, uma vez que nesta data eles fazem a “Festa da Mãe Preta”, uma tradição de mais de 200 anos onde é escolhida a mulher mais velha da comunidade para ser uma espécie de guia espiritual. (Ver figura 17). No momento eles cultuam a memória da última Mãe Preta (já falecida), pois na festa de 2009 não foi escolhida nenhuma substituta. Assim, os quilombolas decidirão se na próxima festa escolherão outra Mãe Preta ou se continuam a cultuar a memória da anterior.

Figura 17: Festa da Mãe Preta na comunidade de Castainho



Fonte: Disponível em :<[www.overmundo.com.br](http://www.overmundo.com.br)> Acessado em fev de 2009.

Castainho foi a primeira comunidade a ser inserida no Festival de Inverno de Garanhuns em 2001, com o intuito de promover uma “maior interação entre os moradores”. Mesmo que o processo de inclusão seja importante, uma vez que muitos moradores da cidade desconhecem ou ignoram o quilombo, parece que a Castainho ainda resta um papel subalterno na cultura de Garanhuns, ocupando o território do “exótico” ou “pitoresco”, num momento isolado.

Para integrar a comunidade à programação do Festival de Inverno de Garanhuns, a comunidade de Castainho recebe capacitações em diversas áreas: circo, moda e música. (Ver figura 18). Os quilombolas aprovam dizendo que é de grande importância a inserção da comunidade no calendário cultural de Garanhuns, sendo o festival um dos maiores eventos da cidade. Isto colabora de certa forma porque são em eventos desse porte que a cidade atrai o

maior número de turistas, o que acaba contribuindo para que o visitante conheça a comunidade e que, de certa forma, desvende o universo quilombola, acabando assim com a construção de certos estereótipos.

Figura 18: Oficinas do Festival de Inverno de Garanhuns



Fonte: Disponível em <[caravanaarcoiria.blogspot.com/2008/08](http://caravanaarcoiria.blogspot.com/2008/08)> Acesso em fev. 2009.

Embora a comunidade esteja inserida no calendário oficial da cidade, pôde-se observar em pesquisas de campo certa negligência no tocante às políticas públicas de caráter mais permanente. Em visita à comunidade foi constatado que a mesma não recebe o apoio necessário da Prefeitura no tocante às questões básicas como saneamento, infraestrutura (em geral), que pode ser citado como exemplo o caso da escola da comunidade que há quatro anos passa por reformas, caso este que rendeu alguns manifestos dos quilombolas no centro da cidade. Conclui-se que as gestões municipais apropriam-se da diferença cultural do quilombo, mas não dá em troca a assistência necessária.

Muitas são as reivindicações dos quilombolas em relação à infraestrutura e muitas vezes são

assistidos pelo Governo Federal, uma vez que não conseguem apoio do poder local. Durante a visita do ministro da igualdade racial, o líder de Castainho entregou uma pauta de reivindicações, dentre os pedidos estão: a pavimentação do acesso à comunidade, enfatizando que esta obra facilitaria não somente o acesso a Castainho e sim beneficiaria as outras comunidades do Município; agilidade na questão da titulação da Comunidade Quilombola; a instalação de telefones públicos. A liderança de Castainho afirmou que

“[...] Foi muito bom receber o Ministro na nossa casa para mostrar de perto a nossa realidade e para ele mesmo verificar o andamento dos projetos do Programa Brasil Quilombola. Ele esteve muito perto de nós. A expectativa é que nossas reivindicações possam avançar e ser atendidas” (DISPONÍVEL EM:<[www.garanhuns.pe.gov.br/noticias\\_arquivo.php?mostrar=noticiacompleta&id=9547f65690](http://www.garanhuns.pe.gov.br/noticias_arquivo.php?mostrar=noticiacompleta&id=9547f65690). )

Em relação às reivindicações feitas o Ministro adiantou que a pavimentação do acesso à comunidade teria que acionar o Ministério dos Transportes e o da Integração Nacional e que para que de fato acontecesse a obra os quilombolas precisariam apresentar um projeto e também buscar parcerias. O representante do Governo Federal também enfatizou a importância de cada instância do governo e que deveria haver um entrelaçamento de responsabilidades para que a ordem fosse mantida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão quilombola e sua reivindicação por melhores condições de sobrevivência sempre foram motivos de discussões no Brasil. No entanto, a realidade das comunidades quilombolas é algo pouco conhecido e que encontra dificuldades que são reflexos do seu passado, mesmo contribuindo de forma importante para a formação da sociedade brasileira. Além desta reflexão acerca dos valores da contribuição dos negros para as ressignificações culturais, é necessário que se perceba, também, a importância dos povos negros na construção da identidade brasileira.

Acredita-se ter atingido os objetivos propostos inicialmente, explicitando a diferença entre o quilombo do Castainho em relação ao entorno. No entanto, por tratar-se de um tema de elevada complexidade, muito há que se investigar para que haja uma maior compreensão acerca dos fatos que, de uma forma ou de outra, acabam segregando a comunidade quilombola ao invés de integrá-la, mantendo o respeito à diferença. Como exemplo deste fato tem-se as diversas reações da sociedade ao se referir ao Castainho, o que mostra a pendência existente no tratar das questões raciais e sociais quem envolvam o negro.

Muitos são os avanços e dificuldades que as comunidades remanescentes de quilombos enfrentam, o que nos parece é que houve uma mudança, antes, os escravos lutavam pela liberdade, atualmente, a luta é pela recuperação ou reinvenção da identidade cultural.

O objetivo geral da pesquisa foi o de analisar de que forma a territorialidade da Comunidade Quilombola de Castainho é essencial para estabelecer as relações com o seu entorno. Para tanto se procurou:

Fazer um recorte histórico de como foi precedida a relação da Comunidade de Castainho estabeleceu relações com as demais comunidades quilombolas e municípios do entorno; Isto foi necessário para mostrar a importância da comunidade que tem seu histórico ligado à saga do quilombo dos Palmares e como este episódio da história brasileira está intimamente ligado à história do município de Garanhuns, considerado, assim, uma “terra de pretos” . Também é válido ressaltar como a comunidade de Castainho é referência para as outras comunidades quilombolas do estado de Pernambuco, principalmente àquelas que estão mais próximas, como exemplo, as outras cinco comunidades de Garanhuns, Caluete, Sítio Estivas, Sítio Estrela, Timbó, Tigre. E que através da sua história e da sua territorialidade várias são as relações estabelecidas entre elas.

Buscou-se também analisar até que ponto os elementos de forte conteúdo simbólico da comunidade contribuem para que haja de fato a resistência identitária quilombola. Os estudos mostraram que os elementos simbólicos comprovam duas hipóteses levantadas do trabalho: a) Castainho não passou pelo processo de “territorialização”, ou seja, não passou a ser uma comunidade quilombola, comparativamente a algumas comunidades que se utilizaram de elementos para se “tornar” uma comunidade quilombola; b) Os elementos citados pelos quilombola e explorados aqui, a citar: o antigo cemitério, o cruzeiro, a casa de farinha, enfim, todos os componentes do território quilombola que estão vinculados a sua história. E que para isto não forjaram a “territorialização” como medida rápida para ganhar benfeitorias. Entenda-se “territorialização” como uma forma de adaptação ou de estratégias de mudanças decorrentes de uma base territorial definida por critérios judiciais, ou seja, na comunidade quilombola de Castainho não se utilizou de estratégias utilizadas por outra comunidade para “vir a ser” um território quilombola. (FERREIRA, 2006, p. 74).

Analisando como outro objetivo proposto o diagnóstico, de acordo com a escala, o reconhecimento da importância da comunidade. Este objetivo está ligado também com outra hipótese levantada no trabalho: A Prefeitura insere o Quilombo no calendário cultural da cidade no intuito de integrá-lo à população do Município, mas que na verdade negligencia no tocante às questões básicas, o que acaba não trazendo benefícios substanciais à comunidade. Este diagnóstico se deu uma vez que analisamos as relações do quilombo do Castainho com a cidade de Garanhuns, envolvendo a população e o poder local. Acredito que neste ponto a pesquisa se mostrou bastante rica no tocante do retorno da informação. Esta comprovação veio através das entrevistas e questionários realizados com os cidadãos e alguns dos representantes (quando possível) do poder de Garanhuns. Ao que parece a população “vizinha” da comunidade sequer conhece seu histórico, muito menos a sua importância para o município de Garanhuns. Fica comprovado também que a comunidade mesmo sendo inserida no calendário cultural da cidade está longe de se beneficiar com esta inserção, visto que a população local não conhece o quilombo do Castainho, enquanto que a mesma é reconhecida e conhecida por representantes do Governo Federal, Universidade de outro país ( como exemplo, a Universidade de New Brunswick- UNB/ Canadá) que desenvolve trabalhos relacionados às mais diversas esferas, seja, demarcação e noção cartográfica (realizada sob forma de dissertação de mestrado) levando sempre em consideração as questões sociais.

É importante salientar que as informações obtidas nesta pesquisa fazem parte da dinâmica do território do quilombo do Castainho, não podendo, dessa forma, ser generalizada às demais quilombos do Estado de Pernambuco. Embora em algumas situações muito se assemelhe ou seja igual em relação às outras comunidades, um ponto comum a todas são as condições de vida que pouco diferem e a negligência por parte do poder público.

Diante do cenário identificado neste trabalho pode-se dizer que a temática: Comunidade Remanescente de Antigos Quilombos é bastante fértil, possui uma ampla gama de questionamentos e que servem de base para estudos de diversas áreas do conhecimento, Antropologia, História, Sociologia, Geografia, etc. Como disse o título da pesquisa espera-se que de fato tenha contribuído para os estudos das comunidades remanescentes de quilombos aos olhares geográficos. A sensação ao concluir a pesquisa é de dever cumprido em relação aos objetivos propostos, porém, de insatisfação se levar em consideração o que pode ser explorado em relação às comunidades quilombolas espalhadas pelo Estado e que a realidade dos quilombos ainda está muito distante de ser, de fato, conhecida. Os estudos precisam ir além de dados primários e estatísticos para que não haja o perigo de cair numa generalização, cada comunidade tem sua história própria e muito a ensinar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **“Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito”**. Revista Humanidades, Brasília, UnB, N° 15, 1988, p.42-48.

Atlas Escolar de Pernambuco/ Coordenador Manuel Correia de Oliveira Andrade.- João Pessoa. GRAFSET, 2003. 16 p.: 275x205 mm.

ANDRADE, Ericka Delania Veríssimo de. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo** / Ericka Delania Veríssimo de Andrade. - Recife: O Autor, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de, 1922- **O Brasil e a África**/ Manuel Correia de Andrade. – São Paulo: Contexto, 2ª edição. 1991.

\_\_\_\_\_, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**/Manuel Correia de Andrade.-2ª edição- São Paulo-Recife: HUCITEC -IPESPE, 1995.

\_\_\_\_\_, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**/ Manuel Correia de Andrade. – São Paulo: Editora Cortez, 7ª edição 2005.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos (pesq.); CIPRIANO, André (fot.). **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006. 240 p.; 27x30 cm.

\_\_\_\_\_.**Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil – Primeira Configuração Espacial**/ Rafael Sanzio Araújo dos Anjos.- Brasília: Edição do Autor, 1999.94 p:il.

\_\_\_\_\_.**Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil**/ organizado por Renato Emerson dos Santos.- Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. **A África brasileira: geografia e territorialidade. In: Revista Palmares. Cultura Afro-brasileira. Ano V – Número 5 – Agosto 2009.**

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **“Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito”**. Revista Humanidades, Brasília, UnB, N° 15, 1988, p.42-48.

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP (Org.). **Geografia: leituras culturais** - Goiânia: Alternativa, 2003. 286 p.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia do processo de formação quilombola**/ José Maurício Paiva Andion Arruti.-- Bauru, SP: Edusc, 2006.

BRASIL.(LEIS, etc.). OLIVEIRA, Juarez de. **Constituição da Republica Federativa do**

**Brasil.** 11. ed. atual. ampl. - São Paulo: Saraiva, 1995. 190 p.

\_\_\_\_\_, **Lei Ordinária nº 7.668**, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a Constituir a Fundação Palmares- Fcp e dá Outras Providências

\_\_\_\_\_, **Medida Provisória nº 111**, cria, como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 21 de março de 2003.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 4.887**, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, em 20 de novembro de 2003.

CARAVANA ARCOIRIS POR LA PAZ. Disponível em  
<caravanaarcoiria.blogspot.com/2008/08> Acessado em fev. 2009.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.**/ Lourdes Carril.-- São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006;

CATAI, Pablo. **Georreferenciamento da Comunidade Quilombola.** In: II Workshop Territórios Quilombolas – Questões Legais, Sociais e Técnicas, Recife, 2008.

CLAVAL, Paul. **Campo e Perspectivas da Geografia Cultural.** In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século (3).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 190 p. - (Série Geografia Cultural)

CRUZ, Valter do Carmo. **Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia.** In: ARAÚJO, Frederico G. B. de. & HAESBAERT, R. Identidades e Territórios: Questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Ed. Access, 200, p. 93-122.

DIAS, João de Deus de Oliveira. **A Terra dos Garanhuns.** Garanhuns – Pernambuco, 1954.

FERREIRA, Antônio Carlos de Santana. **Extensão rural e desenvolvimento local em comunidades quilombolas – um estudo junto a agricultores e agricultoras, de comunidades quilombolas, nos Municípios de Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco/** Antônio Carlos de Santana Ferreira. -- 2008. 128 f.: il

FERREIRA, Simone R. **Campesinidade e Território Quilombola no Norte do Espírito Santo.** Niterói: UFF, Revista Geographia, nº 16, v.8, dez. 2006, p.57-82.

FESTA DA MÃE PRETA DE CASTAINHO. Disponível em :<[www.overmundo.com.br](http://www.overmundo.com.br)>  
Acessado em fev. 2009.

FIALHO, Vânia. **Relatório de Identificação da Comunidade Negra de Castainho.** Recife, jan.1997.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**/ organizado por Maria Nazareth Soares Fonseca. – Belo Horizonte : Autêntica, 2000. 352 p.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES- Disponível em <[www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br) > Acesso em: 03 julho 2009.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Sertão Quilombola: a formação dos quilombos no sertão de Pernambuco (DVD)** Centro de Cultura Luiz Freire. Olinda, 2008.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed.- Rio de Janeiro: D.P &A, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade : e rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Identidades Territoriais**. In ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ,1999.

KORGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**/ Dirce Korga. - São Paulo: Cortez, 2003.

LE BERRE, Maryvonne. “Territoires”In: **Encyclopédie de Géographie** . BAILLY, A. FERRAS, R. e PUMAIN, D. Ed. Economica, Paris, 1995, p. 601 a 622.

LEITE. I. B. **Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas**. Disponível em : <[http:// nead.org.br/artigodomes](http://nead.org.br/artigodomes)>. Acessado em 05/04/2010.

LEITE, Alfredo. **História de Garanhuns** – Nota prévia de Costa Porto. Prefácio de João de Deus de Oliveira Dias. Recife, FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1983. 400 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Brasil Quilombola**. Disponível em:< [HTTP://sistemas.mda.gov.br/aege/index.php=587](http://sistemas.mda.gov.br/aege/index.php=587) >Acesso em jan. 2009.

MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. **Castainho: etnografia de um bairro rural de negros**. Recife: Massagana, 1985.

MOURA, Clóvis. 1993. **Quilombos, resistência ao escravismo**. São Paulo, Editora Ática

MUNANGA, Kabengele.”**Origem e histórico do quilombo na África**”. Revista USP, São Paulo, Nº 28, 1996, p. 56-63.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: documentos da militância pan-africanista**.

Petrópolis, Vozes, 1980.

PREFEITURA DE GARANHUNS. Ministro visita quilombolas em Garanhuns. Disponível em: <  
[www.garanhuns.pe.gov.br/noticias\\_arquivo.php.mostrar=noticiacompleta&id=9547f65690](http://www.garanhuns.pe.gov.br/noticias_arquivo.php.mostrar=noticiacompleta&id=9547f65690)>  
 Acessado em : Ago. 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. SP, Ed. Brasiliense, 1976 [1945], 37ª Ed.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA/IBGE – vol 1, n 1 (jan/mar 1939)- - Rio de Janeiro: IBGE, 1939. Disponível em:  
 <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201995%20v57\\_n1.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201995%20v57_n1.pdf)> Acessado em 05/04/2010.

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – Seção Três Lagoas – MS, V 1- nº6 – ano 4, Novembro de 2007. ISSN 1808-2653 – Território e Identidade . Edevaldo Aparecido de Souza e Nelson Rodrigo Pedon.

REVISTA DISCUTINDO GEOGRAFIA. Comunidades Quilombolas- Os desafios dos redutos de descendentes de escravos. Ano 2, nº 7. ISSN 1806- 8596. Escala educacional. p.10-13.

REVISTA TEORIA E DEBATE. REVISTA BIMESTRAL DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. A Situação dos milhares de quilombos no país. Número 70. Ano 20. Março/ Abril 2007. ISSN 1678- 3697. p. 38-43.

SANTOS, Milton *et al.* **Território: globalização e fragmentação** .4. ed. -. São Paulo : Editora HUCITEC/ANPUR, 1998..332p. ISBN 8527102730: (broch).

SANTOS, Milton.1926-2001.**A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/ Milton Santos—4 ed.1.reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Coleção Milton Santos.**

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

[SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL \(SEPPIR\) – Disponível em< http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/seppir> Programa Brasil Quilombola. Acesso em : 11 de julho 2009.](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir)

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O território:sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

**SOUZA, José Ribamar Furtado de, FURTADO, Eliane Dayse Pontes. ( R)evolução no Desenvolvimento Rural: Território e Mediação Social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão/ José Ribamar Furtado de Souza, Eliane Dayse Pontes Furtado. - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004.216 p.; 15x23 cm.**

**Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos/ Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Spósito (organizadores) – 1 ed.-- São Paulo : Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.: tabs.-- (Geografia em Movimento).**

**APÊNDICE A -QUESTIONÁRIO 1- BENEFICIAMENTO DA MANDIOCA E SUA IMPORTÂNCIA IDENTITÁRIA**

Questionário nº

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Entrevistador

Local:

1.Sexo:

 masculino  Feminino

2.Idade:\_\_\_\_\_

3.Você planta mandioca?

 sim  não

4.se, SIM, qual é a mão-de -obra utilizada na colheita?

 pessoas da família pessoas de outras comunidades quilombolas pessoas da cidade de Garanhuns Outros lugares. Quais?\_\_\_\_\_

5.Ainda sobre a mesma pergunta, qual é a mão-de-obra utilizada nos transportes?

 pessoas da família pessoas de outras comunidades quilombolas pessoas da cidade de Garanhuns Outros lugares. Quais?\_\_\_\_\_

6. Para quem é vendida a mandioca?

 casa de farinha feira Garanhuns Outras cidades. Quais?\_\_\_\_\_

7.você planta outras culturas?

 sim  não. Quais?\_\_\_\_\_

8.Que tipo de mão-de-obra e utilizada no beneficiamento da mandioca?

 familiar de outras comunidades quilombolas da cidade de Garanhuns Outros lugares. Quais?\_\_\_\_\_

9.Quais são os produtos que você produz?

 farinha beiju massa outros. Quais?\_\_\_\_\_

10.Qual é o destino dos produtos?

 A própria comunidade Garanhuns

( ) Outros municípios? Quais \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO**  
**TERRITÓRIO/TERRITORIALIDADE/IDENTIDADE**

2

Questionário nº \_\_\_\_\_  
 Entrevistador \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_

1. Sexo:

( ) masculino ( ) Feminino

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. O que é ser quilombola?

4. Você se identifica como quilombola?

( ) sim ( ) não. Por quê? \_\_\_\_\_

5. Tem benefícios em ser quilombola?

( ) sim ( ) não

se, SIM, quais? Desde quando? \_\_\_\_\_

6. Já sofreu algum problema pelo fato de ser quilombola?

( ) sim ( ) não

se, SIM, pode relatar?

7. Você trabalha na comunidade?

( ) sim ( ) não

se, NÃO, onde? \_\_\_\_\_

se, SIM, perguntar qual é a atividade que desenvolve na comunidade:

( ) casa de farinha

( ) roça ( plantio, colheita)

( ) horta

( ) outras. Quais? \_\_\_\_\_

8. Desde quando trabalha nesta atividade? \_\_\_\_\_

9. Castainho é diferente das áreas vizinhas?

( ) sim ( ) não. Por que?

Dentro da comunidade onde você circula mais? Por que?

10. Fora da comunidade onde você circula mais? Por que?

11. Como você acha que é a relação de Castainho com a cidade de Garanhuns?

( ) boa ( ) ruim. Por que? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C- QUESTIONÁRIO 3 - DA IMAGEM DO QUILOMBO A PARTIR DA CIDADE

Questionário nº \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Entrevistador \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

1.Sexo:

( ) masculino ( ) Feminino

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Você sabe se há quilombos em Garanhuns?

( )sim ( ) não

4. se SIM, especificar quais são e onde estão localizados

5.Você já visitou alguma comunidade?

( ) sim ( ) não

6. se SIM, qual comunidade? \_\_\_\_\_

7. E Castainho, o que você acha?

8.O que eles produzem?

9.Você consome o produto que eles comercializam?

( )sim ( ) não

10.se SIM, desde quando? \_\_\_\_\_

11. De que forma você chegou ao conhecimento do produto de Castainho

( ) Ida à comunidade

( ) Feira

( )Outras pessoas

( ) Outra forma. Qual? \_\_\_\_\_

12. Qual é a imagem que o quilombo passa para você?

( ) positiva ( ) negativa. Por quê? \_\_\_\_\_

13. Como você acha que o quilombo é visto pela cidade. A Cidade “aceita” o quilombo?

( ) sim ( ) não. Por quê? \_\_\_\_\_